

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Estudos Ibéricos e Ibero-Americanos, realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Isabel Araújo Branco.

AGRADECIMENTOS

À Professora Doutora Isabel Araújo Branco por toda a ajuda, inspiração, confiança e disponibilidade sempre manifestadas.

,

Às minhas amigas, pelo afeto e apoio em todas as horas.

Muito especiais, à minha família, pelo carinho e encorajamento.

AS LITERATURAS CONTEMPORÂNEAS ESPANHOLA E PORTUGUESA COMO ESPAÇOS CULTURAIS DE MEMÓRIA HISTÓRICO-POLÍTICA

MARIA LUÍSA PIMENTEL VASCONCELOS

PALAVRAS-CHAVE: Literatura, literatura comparada, história, memória, processo histórico, transição democrática, regime político

KEY-WORDS: Literature, Comparative Literature, History, Memory, Historical Process, Democratic Transition, Political Regime

Nesta dissertação analisamos a forma como quatro obras literárias contemporâneas se podem constituir como espaço cultural de memória histórico-política das décadas que em Portugal e Espanha se seguiram à implantação dos regimes democráticos.

O trabalho incide na análise de *Os Memoráveis*, de Lídia Jorge, *Novembro*, de Jaime Nogueira Pinto, *Las leyes de la frontera*, de Javier Cercas, e *Romanticismo*, de Manuel Longares. Procede-se à análise comparativa dos quatro romances e à forma como cada um problematiza dois períodos fundamentais da história recente dos dois países. São também tratadas as questões relacionadas com o diálogo entre o conhecimento histórico e literário, o lado fictício e imaginário da história e a contribuição da memória para a reconstrução dos processos históricos. Procura-se também entender de que forma a literatura se constitui como uma forma de reflexão catártica e crítica, como suscita a problematização do momento presente, e que marcas pessoais e/ou autobiográficas os autores deixam transparecer nas suas obras.

KEY-WORDS: Literature, Comparative Literature, History, Memory, Historical Process, Democratic Transition, Political Regime

In this dissertation we analyze the way that four contemporary literary works may be constituted as a cultural space for politico-historical memory of the decades that in Portugal and Spain followed the implantation of the democratic regimes (the Democratization process/transition).

The work focuses upon analyses of *Os Memoráveis*, by Lídia Jorge; *Novembro*, by Jaime Nogueira Pinto; *Las leyes de la frontera*, by Javier Cercas; and *Romanticismo*, by Manuel Longares. We proceed to comparatively analyze the four novels and the way that each discusses two fundamental and recent historical periods in both countries. Questions related to the dialogue among historical and literary knowledge, the fictional and imaginary side of history, and the contribution that memory plays in the reconstruction of historical processes will also be treated. An understanding of the way that literature constitutes itself as a cathartic and critical form of reflection, how it evokes the problematization of the present moment, and the personal and/or autobiographical marks the authors allow to seep through their works is also sought.

AS LITERATURAS CONTEMPORÂNEAS ESPANHOLA E PORTUGUESA COMO ESPAÇOS CULTURAIS DE MEMÓRIA HISTÓRICO-POLÍTICA

INTRODUÇÃO

O tema da memória histórica, bem como as questões políticas, sociais, emotivas e até comunicacionais associadas à representação do passado ganham uma expressão significativa nos países que, como Portugal e Espanha, estiveram sujeitos a regimes ditatoriais e/ou sofreram guerras civis. A implantação de regimes democráticos abriu novos caminhos para variadas formas de produção artística, das quais a literatura assume um relevo particular. Nas últimas décadas, tanto em Portugal como em Espanha, numerosos autores, que viveram sob os regimes ditatoriais e acompanharam o nascimento dos regimes democráticos, evidenciaram nas suas obras um empenho no resgate e na problematização da matéria histórica relacionada com a transição democrática.

Em Portugal, a Revolução de Abril de 1974 tem sido tema de numerosos estudos em todos os âmbitos das ciências sociais e humanas; no domínio da literatura, investigadores como Maria Alzira Seixo, Eduardo Lourenço, Carlos Reis ou Maria de Fátima Marinho têm vindo a estudar as obras de escritores que, ao longo das últimas décadas, abordaram os acontecimentos da década de 70. Vários autores redescobriram a história (próxima ou remota), naquela que, segundo Carlos Reis, será “talvez a mais relevante e conseqüente tendência da ficção da Revolução de 1974”¹, acrescentando, a este respeito:

O olhar que hoje podemos lançar sobre a ficção portuguesa posterior a 1974 há-de ter em conta necessariamente a projecção sobre essa ficção de tudo o que uma brusca mutação política implica e, no seu contexto, as conseqüências arrastadas pela supressão dos mecanismos repressivos que impendiam sobre a criação literária².

¹ Carlos Reis (1994) “Romance e História depois da revolução. José Saramago e a ficção portuguesa contemporânea”, Anais do XIV Encontro de Professores Universitários Brasileiros de Literatura Portuguesa. Porto Alegre: CECLIP/CPGL-EDIPUCRS. pp. 169-181.

² *Idem, Ibidem.*

Ainda segundo este crítico, a ficção portuguesa contemporânea vivia um momento fecundo por ter “sabido redescobrir a *magia do relato* sem, com isso, deixar de se articular com as transformações da História e da sociedade a que se refere, pela via sinuosa da referência ficcional³. Esta ficção “remete também para uma memória coletiva que ela faz ressoar em nós, porque a activa, actualiza e reinventa”⁴.

No caso de Espanha, o processo de transição para a democracia pós-franquista constitui, sem dúvida, o facto político mais importante da história recente, podendo mesmo falar-se da transição política como novo paradigma narrativo, cuja produtividade literária parece não se esgotar⁵. O tratamento reiterado deste tema pelos romancistas chegou a relegar para segundo plano o fundo histórico-referencial da Guerra Civil. Tal deve-se, por um lado, ao interesse renovado no advento e no desenvolvimento da democracia e, por outro, ao desaparecimento daqueles que viveram diretamente os acontecimentos da Guerra Civil e os primeiros anos da ditadura franquista.

Dadas as condicionantes históricas, culturais e sociais que ora têm aproximado ora têm afastado Portugal e Espanha, o espaço ibérico assume-se como um lugar privilegiado para uma análise comparativa de autores e de obras. Ainda que os processos de transição para a democracia tenham sido significativamente diferentes, estes ocorreram em épocas muito próximas e os regimes democráticos dos dois países contam apenas cerca de quatro décadas de existência.

Como foi referido, nas últimas décadas, tanto em Portugal como em Espanha, numerosos escritores fizeram do passado recente dos dois países o tema das suas composições. Havendo vários estudos que abordam isoladamente os autores portugueses e espanhóis, parece ser oportuno preencher uma lacuna e fazer o estudo comparativo de obras que, nos dois países, abordam literariamente a época histórica contemplada na presente dissertação. Por esta via pretendemos avaliar de que forma quatro obras literárias contemporâneas se podem constituir como espaço cultural de memória histórico-política das décadas que em Portugal e Espanha se seguiram à implantação dos regimes democráticos.

³ Carlos Reis(1998) “Trajectos e sentidos da ficção portuguesa contemporânea”. Revista *Camões*, nº.1, 1998. [httpvc.instituto-camoes.pt/conhecerbiblioteca-digital-camoescat_view62-revistas-e-periodicos69-revista-camoes901-revista-no01-pontes-lusofonas.htmlstart=10](http://vc.instituto-camoes.pt/conhecerbiblioteca-digital-camoescat_view62-revistas-e-periodicos69-revista-camoes901-revista-no01-pontes-lusofonas.htmlstart=10), consultado em 12/03/2015.

⁴ *Idem, Ibidem.*

⁵ Santos Juliá, cit. in Carlos S. Ardavín (2006), *La transición a la democracia en la novela española: los usos y poderes de la memoria en cuatro novelistas contemporáneos*, Edwin Mellen Press, New York, p. 35.

Na base do trabalho estará a análise dos romances *Os Memoráveis*, de Lídia Jorge, *Novembro*, de Jaime Nogueira Pinto, *Las leyes de la frontera*, de Javier Cercas, e *Romanticismo*, de Manuel Longares. O nosso objetivo principal residirá na análise comparativa dos quatro romances e na forma como cada um problematiza dois períodos fundamentais da história recente dos dois países. Consideramos que este trabalho se afigura vantajoso, pelo seu caráter inovador, pela relevância literária e sociopolítica das obras em estudo e pela importância do momento histórico-político dos dois países a que fazem referência. Por outro lado, será também interessante perceber de que forma os distintos comprometimentos políticos e sociais publicamente assumidos por alguns autores se repercutem na leitura literária e histórica dos passados recentes de Portugal e Espanha.

Nas literaturas de ambos os países são pertinentes as questões relacionadas com o diálogo entre o conhecimento histórico e literário, o lado fictício e imaginário da história e a contribuição da memória para a reconstrução dos processos históricos. Assim procuraremos também entender de que forma a literatura se constitui como uma forma de reflexão catártica e crítica e como suscita a problematização do momento presente. Tendo em conta que os quatro autores vivenciaram os acontecimentos históricos sobre os quais constroem as suas ficções, será também oportuno perceber que marcas pessoais e/ou autobiográficas deixam transparecer nas suas obras. Acresce ainda que, dado que pretendemos abordar obras escritas e publicadas já neste século, elas poderão proporcionar uma visão mais atualizada e distanciada no tempo do período retratado, ou seja, um *olhar geracional*, reforçando a importância da memória e da percepção subjetiva na evocação dos acontecimentos históricos.

Iniciaremos o trabalho com um enquadramento teórico, metodológico e conceptual sobre a Literatura Comparada, seguindo-se a discussão das questões relacionadas com as relações ibéricas e as correlações entre história, literatura e memória histórica. Seguir-se-á a contextualização histórico-política dos dois processos de transição e concluiremos com o estudo comparativo das obras referidas. A dissertação findará com breves notas conclusivas.

CAPÍTULO I. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E DEFINIÇÃO DE CONCEITOS

I.1. A Literatura Comparada

A literatura, um veículo privilegiado de comunicação, para além de fenómeno literário, é também uma instituição sociocultural, inserida num sistema de ideias e valores, uma linguagem simbólica associada a determinado universo nacional, étnico, político, mais ou menos unificado, e a um contexto histórico, social e cultural. Com a leitura, a par da descodificação de um conjunto de sistemas e símbolos, acede-se também a uma determinada visão e explicação do mundo e à forma como uma comunidade se expressa pela escrita. Ou seja, “o texto literário é uma forma especial de comunicação e, consequentemente, de simbolização do mundo”⁶, de representação singular de um universo demarcado, como já foi referido.

Na obra *Entre lo uno y lo diverso*⁷, Cláudio Guillén aponta duas formas distintas de abordagem do fenómeno literário: a Teoria da Literatura, com aspirações a uma amplitude de carácter filosófico e estético, a universalidade em profundidade, e a Literatura Comparada, que propõe um olhar transversal, uma compreensão integradora da escrita literária através do mundo, numa dialética entre o local e o universal. Guillén sublinha o carácter relacional e transdisciplinar do ato comparatista, enquanto ramo da investigação literária que se ocupa do estudo sistemático, ou seja, da investigação, ordenação e explicação de criações produzida nos lugares e momentos mais díspares e de conjuntos supranacionais. Retomando a ideia de que a Literatura Comparada se ocupa do estudo sistemático de conjuntos supranacionais, este crítico adopta o conceito de estrutura diacrónica, enquanto “una opción u oposición, o suma de opciones u oposiciones, que unos períodos *distintos* manifiestan”⁸, e que uma estrutura diacrónica “reúne e contrasta sucessos y creaciones pertenecientes a tiempos diferentes”⁹. Sendo que qualquer género, forma ou tema podem ser analisados como uma estrutura diacrónica, uma vez identificados, torna-se necessário investigar as

⁶ Álvaro Manuel Machado, Daniel-Henry Pageaux, (2001) *Da literatura comparada à teoria da literatura*, Presença, p. 134.

⁷ Cláudio Guillén, (2013 [1985]) *Entre lo uno y lo diverso. Introducción a la literatura comparada (ayer y hoy)* Turquets, Barcelona.

⁸ *Idem, Ibidem*, p. 370.

⁹ *Ibidem*, p. 372.

opções, as relações e os espaços semânticos e formais que englobam os diferentes períodos e lugares. O mesmo reforça ainda os ganhos em capacidade teórica que podem advir do confronto da Teoria da Literatura com os saberes do comparatismo, sintetizados na tensão entre a compreensão integradora e a percepção da singularidade.

Em *Da literatura Comparada à Teoria da Literatura*, de Álvaro Manuel Machado e Daniel-Henry Pageaux, sublinha-se que o fenómeno literário se inscreve na cultura, na história, na evolução social de uma coletividade. A Literatura Comparada assenta num preceito aparentemente paradoxal: não se baseia na *comparação*, ou não apenas na comparação, pois mais importante é relacionar. O quê? “Duas ou mais literaturas, dois ou mais fenómenos culturais; ou, restritamente, dois autores, dois textos, duas culturas de que dependem esses autores e esses textos”¹⁰. O ato comparatista proporciona um diálogo entre literaturas e culturas, mas também entre métodos de abordagem do facto e do texto literários. Neste processo, afirma não haver propriamente um método específico, embora presuponha obrigatoriamente a delimitação do *corpus* textual e a formulação do relacionamento que se opera. Na seleção do *corpus* de investigação não fazem sentido as fronteiras arbitrárias que separam a “pequena” da “grande” literatura e deixa de haver problemas fascinantes e problemas desinteressantes e ingratos: há apenas problemas mal postos¹¹. Ainda segundo os mesmos autores, a Literatura Comparada propõe uma investigação que considere o alargamento da área de investigação às várias formas de expressão cultural de uma sociedade, como a economia, a política, a música, a pintura, etc. Com a tónica no carácter relacional dos textos e dos factos culturais, assinala-se a ligação complexa da produção textual com a conjuntura histórica, a partir de um duplo sistema nacional e internacional, literário e histórico-cultural. A tarefa comparatista suscita o alargamento do campo de investigação às ciências sociais e humanas, assinalando-se o contributo importante da “nova história” para vários sectores da atividade comparatista. Apesar da sua vocação de demarcar um determinado espaço cultural, ela utiliza também elementos estranhos a esse espaço, que só um estudo amplamente histórico permitirá abarcar devidamente.

Concluindo, na Literatura Comparada, o prisma de análise transcende o texto, sendo também entendido que este é simultaneamente uma forma especial de comunicação e de representação do mundo, e que o fenómeno literário é um fenómeno de cultura e de socia-

¹⁰ Álvaro Manuel Machado, Daniel-Henry Pageaux, (2001) *Da literatura comparada à teoria da literatura*, Presença, p. 11.

¹¹ *Idem, Ibidem*, p. 135.

lização, aspetos que nunca deverão ser dissociados. A literatura surge integrada num sistema de relações complexas, interdisciplinares, nacionais e internacionais, literárias e histórico-culturais, em que a tarefa do comparatista é de ordem dialética, caracterizada pela consciência da existência de um problema, cuja investigação conduz ao enriquecimento progressivo dos seus elementos constitutivos.

Helena Carvalhão Buescu assinala o ato de ler como ato fundamental do comparatismo, adiantando que a leitura, além da sua dimensão hermenêutica, arrasta sempre outras experiências, implicadas no conceito de literatura enquanto repositório de memória cultural. Chama a atenção para o carácter relacional e triangular de qualquer ato comparatista: ele pressupõe a emergência de um terceiro objeto, a *relação* estabelecida entre os objetos comparados. Mais, todo o ato de ler é comparatista porque relacional, e não existe produção de sentido que “possa radicar fora de uma comparação pela qual a memória cultural seja convocada e praticada, ao mesmo tempo que refeita e transformada”¹². Acrescenta outro aspeto que reforça a importância epistémica da área da reflexão comparatista: a consciência supranacional e trans-histórica dos fenómenos literários que permite reequacionar o conceito de “nacionalidade literária”; há na perspectiva comparatista da literatura a abertura a novas abordagens do ensino das Humanidades e do estudo da Literatura, apontando a importância da memória, pessoal e cultural, para a noção de coletividade, enquanto base da “repetição”, da “sedimentação” e “escolha imaginária” que sustentam as ideias da comunidade¹³. Acrescenta que a Literatura Comparada se assume como um espaço de reflexão na consciência do carácter histórico e cultural do campo literário e a sua função na recuperação da importância do literário enquanto elemento fundamental na consolidação de uma ideologia de base nacional; no verdadeiro entendimento do património literário como depositário de uma memória cultural na qual se articulam passado e presente; na inegável consciência das interpenetrações entre culturas cosmopolitas e tradições¹⁴. Acentuando o papel central da filologia, na “era da literatura mundo”, acrescenta:

[...] tudo tem de passar pela capacidade de não obliterar as diferenças entre textos, entre culturas e tempos históricos. Tudo tem de passar pela sabedoria de não homogeneizar o co-

¹²Helena Carvalhão Buescu (2001) *Grande Angular. Comparatismo e Práticas de Comparação*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, p. 24.

¹³ Helena Carvalhão Buescu, (2013) *Experiência do Incomum e da Boa Vizinhaça. Literatura Comparada e Literatura-Mundo*, Porto Editora, Porto, p. 11.

¹⁴ *Idem, Ibidem* p. 23.

nhecimento e a experiência da leitura e da interpretação pela criação de um magma indiferenciado em que justamente a experiência do *incomensurável* se dissolveria¹⁵.

Assinala ainda que para compreender o objeto de estudo é necessário situá-lo do ponto do ponto de vista histórico, ideológico e estético; aponta para a partilha de áreas entre os estudos literários e outras áreas disciplinares, sublinhando a sua contribuição para

a reivindicação da memória cultural e da memória estética como uma intensa familiaridade com a cultura entendida como história, e com a literatura concebida como arquivo em que a diferença é permanentemente repetida e iterada, e por isso *inventada*.¹⁶

Conclui que o comparatismo não se reduz a uma analogia inter-nações, antes reconhece a existência de uma comunidade patrimonial variável, reconfigurada e transmitida pela literatura, como expressão de eventos passados, mas sobretudo como uma experiência do presente, eternamente repetível¹⁷.

I.2. As relações ibéricas

Como já referimos, no âmbito do presente trabalho pretende-se dar resposta a questões que se prendem com as correlações entre quatro obras narrativas contemporâneas de Portugal e Espanha, sobre a transição democrática em cada um dos países, de modo a averiguar de que forma elas traduzem e interpretam determinadas transformações culturais, sociais e políticas do passado recente do universo peninsular. Tratando-se de um *corpus* literário constituído por autores e obras identificados com o espaço ibérico, torna-se conveniente tentar esclarecer até que ponto é possível entendê-lo como uma entidade geocultural, social e politicamente delimitável. Essa questão assume um particular relevo, sabendo-se que no espaço diverso e heterogéneo da Península Ibérica, onde o intercâmbio intelectual e cultural não conhece fronteiras, se afirmam distintas zonas de produção literária, em línguas diferentes, numa dinâmica viva entre o local, o nacional, o regional e o transnacional.

¹⁵ *Ibidem*. p. 24.

¹⁶ *Ibidem*, p. 27.

¹⁷ *Ibidem*. p. 26.

Contribuindo para o debate das relações e das questões identitárias peninsulares, afirma a hispanista Maria Fernanda de Abreu:

Até hoje, os escritores portugueses, e escritoras que também as há, têm lidado com estas duas comunidades – Ibéria e Portugal – e com a historicamente difícil relação entre ambas, muito difícil no plano da história política e, sobretudo, do imaginário ou das representações da História, mormente no campo do simbólico. Isso ocorre, sobretudo, em relação a uma parte daquela Ibéria, Castela, mas a relação com o todo e com cada uma das suas partes acaba por estar fortemente marcada por aquele chamemos-lhe “desentendimento” ou “trauma” ou “desconfiança”¹⁸.

Ao mesmo tempo, coloca também uma série de questões sobre os pressupostos da existência de conceitos como *ibérico* ou *Península Ibérica*, inerentes ao reconhecimento dessa identidade como um todo e à existência de um espaço geo-cultural dentro do qual existem identidades diversas e específicas¹⁹. Pela sua pertinência para esta discussão, recolhemos aqui a nota de Arturo Casas, citada pela autora, e publicada no artigo “Sistema Interliterário y planificación historiográfica a propósito del espacio geocultural ibérico”, na revista *Interlitteraria* (Tartu University Press, 2003. pp. 68-97) nota:

A falta de mejor solución, se emplea el adjetivo *peninsular* en um sentido amplio, por lo que deben entenderse comprendidos en esse uso los territorios insulares atlánticos y mediterráneos bajo administración portuguesa o española (Azores, Madera, Canarias y Baleares). Tampoco se hará cuestión aquí sobre la idoneidad o el grado de aceptabilidad de la etiqueta *ibérico*.

A especialista conclui então que, nesta perspectiva, a entidade *Península Ibérica* é tomada como um mega-quadro identitário plural pressupondo a existência de um espaço geocultural ibérico, a singularidade ibérica em confronto com outros conjuntos identitários, europeus, por exemplo, e uma identidade pan-regional, multinacional e plurilinguística.

A temática das identidades peninsulares ou a ideia de uma possível união ibérica, com tonalidades diversas, tem sido objeto de discussão de intelectuais dos dois países, tais como como Teixeira de Pascoaes, Miguel de Unamuno, Antero de Quental, Eugénio

¹⁸ Maria Fernanda de Abreu (2007) “O outro lado do espelho ibérico’: de que lado o espelho? Das teorias às práticas comparatistas no estudo das relações literárias entre Portugal e Espanha”, Gabriel Magalhães (Edição), *Actas do Congresso RELIPES III*, Universidade da Beira Interior, Salamanca, Celya, pp. 437-452.

¹⁹ *Idem, Ibidem.*

D'Ors, Miguel Torga, Natália Correia e Eduardo Lourenço. O pensamento iberista tem sido mais ou menos pronunciado, conforme as conjunturas nacionais e internacionais, convivendo com um sistema “organizado de malquerencias y desconfianzas”²⁰, nas palavras de José Saramago.

No momento atual, esta problemática continua a ser objeto de numerosos estudos, que apontam para a necessidade de serem constituídos num campo de conhecimento específico, estudado numa perspetiva integradora. No ensaio “Memoria de la Amnesia Ibérica”²¹, Gabriel Magalhães aponta o impulso assinalável que as relações linguísticas e literárias ibéricas conheceram no virar do século XXI, abrindo uma via para perceber com clareza quem somos e como somos, naquela busca do absoluto, que “a través de la mezcla de todas las relatividades paradójicas de cada tiempo histórico constituye una cara importante del prisma de nuestra identidad peninsular”. Em outra publicação²², sublinha a importância da área dos estudos ibéricos, considera o nacionalismo literário “um pecado”, alerta para os erros da perspetiva nacionalista nos estudos literários e salienta como inevitável a comunicação e partilha entre nações. Recordando ainda que as fronteiras são caóticas, construídas no xadrez da história, assinala a possibilidade vantajosa de cada um adotar outras sensibilidades culturais a par da própria.

Roberto Vecchi²³ chama a atenção para o problema ontológico do conceito de Iberismo e da importância da colocação dos Estudos Ibéricos na cartografia académica e cultural. Sublinha a dupla tensão inerente à configuração geográfica e histórica da Península que, por um lado, acentua as diferenças e a separação face ao resto do continente europeu; por outro lado, ela pode acarretar o risco de uma espécie de mitologia regressiva assente nas diferenças, que alimente antigos nacionalismos e regionalismos. Propõe, então, a forma plural Iberismo(s), sempre intersubjetiva ou relacional que usa o Iberismo como parte de um conjunto mais vasto, para o que adota o conceito de *Sul*, também já trabalhado por

²⁰ José Saramago, “Mi iberismo”, in César António Molina (1990) *Sobre el iberismo y otros escritos de literatura portuguesa*, Akal, Madrid, p. 9.

²¹ Gabriel Magalhães (2010) “Memoria de la amnesia ibérica” in FERNANDES, Ângela et al. (eds.). *Diálogos Ibéricos e Iberoamericanos: Actas del VI Congreso Internacional de ALEPH*. Centro de Estudos Comparatistas & Editorial Academia del Hispanismo, Lisboa, pp. 79-86.

²² Gabriel Magalhães (2013), Europe: “The Letter of Numbers. From the Alpha of Peninsular Comparative Literature to the Omega of European Comparative Literature”, in Santiago Pérez Isasi, Ângela Fernandes (eds), *Looking at Iberia, A Comparative European Perspective*, Peter Lang, Berna, pp. 59-67.

²³ Roberto Vecchi, “Thinking from Europe about an Iberian 'South': Portugal as a Case Study”, in Santiago Pérez Isasi, Ângela Fernandes (eds), *Looking at Iberia, A Comparative European Perspective*, Peter Lang, Berna, pp. 69-85.

Eduardo Lourenço. Este ensaísta assina o desconhecimento mútuo que ainda separa os povos peninsulares e conclui que se é verdade que os destinos de Portugal e Espanha foram sempre paralelos ou cruzados, estes jamais foram opostos. Assim sendo, por que não entrecruzá-los²⁴? A conceção de Espanha como nosso inimigo natural é vista pelo ensaísta como “a doença infantil do nosso nacionalismo”, advertindo para a necessidade de levar a cabo “um diálogo mais sério e mais profundo”²⁵.

De entre os escritores portugueses em cujas obras se reflete a problemática da construção da identidade ibérica assinalamos Miguel Torga, que, a par de uma arraigada portugalidade assume um marcado pendor iberista, de índole cultural. Também Maria Fernanda de Abreu estudou a importância do pensamento e da obra deste autor para o entendimento da identidade coletiva ibérica na literatura portuguesa, nas quais encontra uma representação que recorre tanto a elementos territoriais como étnicos, histórico-míticos e simbólicos.

Em entrevista a César António Molina, publicada no *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, Miguel Torga entende a Ibéria como a morada comum de povos singulares e inconfundíveis, histórica e culturalmente unidos: “formamos uma unidade geográfica, todos juntos podemos ser uma grande força cultural, mas cada qual na sua própria casa”²⁶. Contesta a força centrípeta de Castela e reafirma a personalidade específica, o carácter irreduzível das fronteiras invisíveis que salvaguardam a individualidade dos povos periféricos, Portugal incluído. Sublinha também o papel histórico dos povos ibéricos: “demos à Europa uma dimensão universal que não tinha, uma vez que levámos os nossos hábitos, os nossos costumes, o cristianismo, a língua, a arquitectura para as Américas, a África e a Ásia. Tornámos universais os nossos valores”²⁷. Nesta entrevista, reflete também sobre as contradições e os perigos de dissolução resultantes da adesão de Portugal e Espanha à Comunidade Europeia, nomeadamente pelo riscos de perda de identidade, decorrentes de sermos “forçados a adaptar-nos a mentalidades que não são iguais às nossas”²⁸. Convicto iberista, interliga aquilo que ele qualifica como “Pátria cívica” e “Pátria telúrica” e entende que, perante uma Europa hegemónica, Portugal e Espanha deverão lutar por se impor em conjunto através

²⁴ Cesar Antonio Molina, *Op. Cit.* . p. 104.

²⁵ Eduardo Lourenço. Cit. In César António Molina, *Op. Cit.* . p. 104.

²⁶ César António Molina , entrevista a Miguel Torga, *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, 26 de Janeiro de 1988.

²⁷ *Idem, Ibidem.*

²⁸ *Ibidem.*

das suas literaturas e dos seus artistas²⁹. Grande admirador de Miguel de Unamuno, nas páginas do seu *Diário* deixa transparecer, mais uma vez, a sua paixão pela Península Ibérica que ele vê como uma terra só:

A Espanha sempre amada e sempre temida. Aqui ando, mais uma vez, maravilhado e aterado, a vê-la progredir, progredir, e aproximar-se ameaçadora da fronteira. O meu iberismo é um sonho platónico de harmonia peninsular de nações. Todas irmãs e todas independentes. Mas é também uma paixão escabreada, que arrefece mal se desenha no horizonte qualquer sinal de hegemonia política, económica ou cultural. Que exige reciprocidade na sua boa-fé e nos seus arroubos. Que quer apenas comungar fraternalmente num mais largo espaço de espiritualidade³⁰.

No ensaio *Somos todos Hispanos*³¹, Natália Correia expõe a necessidade de repensar a cultura portuguesa e problematiza as relações entre Portugal e Espanha, propondo um novo modelo de identidade cultural, pluricontinental. Esta surgiria como reforço das identidades nacionais e salvaguarda das relações com os povos que se expressam nas línguas ibéricas. A vertente ibero-atlântica e mediterrânica poderia concretizar-se “numa comunidade cultural ibero-afro-americana”³², que ligaria os povos pensinsulares à América Latina e a África, num modelo que se aproxima do modelo transnacional e transibérico defendido por José Saramago. Tal como defendia Miguel Torga, desta forma “Portugal poderia dar simultaneamente satisfação ao centrifugismo atlântico e ao centripetismo da peninsularidade pela continuidade telúrica e mediterrânica com a Espanha”³³. Considera ainda que Portugal foi o primeiro a concretizar a dinâmica da pluralidade ibérica cumprindo a vertente pluralista da ibericidade, assinalando a ausência de motivos que justifiquem a divisão da Península Ibérica: “No emaranhado de raças que se confundem na Hispânia, não é possível atinar com um caminho que desembarque na lógica da divisão da Península em dois Estados”³⁴.

²⁹ *Ibidem*.

³⁰ Miguel Torga (1999) *Diário XV*, D. Quixote, Lisboa. p. 257.

³¹ Natália Correia (2003) *Somos todos Hispanos*, Editorial Notícias, Lisboa.

³² *Idem, Ibidem*, p. 13.

³³ *Ibidem*, p. 13.

³⁴ *Ibidem*, p. 32.

Como outros intelectuais e escritores, também Natália Correia considerou premente refletir sobre o relacionamento cultural dos países ibéricos no quadro das negociações com as instituições europeias:

O próprio emparceirar de Portugal e Espanha na Europa Comunitária recomenda que as duas nacionalidades se concentrem em íntima solidariedade cultural. Em vez disso, Portugal aferra-se doentamente ao seu lusismo como talismã para esconjurar os demónios da iberização, como se um desmaiado sentimento pátrio esmorecesse a individualidade portuguesa na Península Ibérica³⁵.

No ensaio, a autora não advoga a recusa das identidades e das culturas nacionais, antes defende a sua atualização, de forma mais consentânea com os desafios e os projetos do mundo presente. Naquelas se consubstanciariam os desígnios do passado, do presente e de um futuro pleno de promessas: “Em cada grão de literatura ibérica vibra a impulsiva permuta de duas culturas que têm as raízes enterradas no coração de um antiquíssimo e futuro tempo comum”³⁶.

Também José Saramago fez das identidades peninsulares e das relações dos povos ibéricos um tema de primeira importância na sua obra. Em entrevista publicada no *Diário de Notícias* de 15 de julho 2007, a propósito do futuro de Portugal na Península Ibérica, afirma: “Não vale a pena armar-me em profeta, mas acho que acabaremos por integrar-nos”³⁷ Ressalva que esta não seria uma integração cultural e afirma acreditar que os Portugueses aceitariam de bom grado esta solução, já que ela não implicaria perda de soberania, com os dois países a manterem representantes num parlamento único. Vinte e um anos antes, em *A Jangada de Pedra*, publicada em 1986, narra a epopeia dos povos ibéricos para reconstruir uma identidade ameaçada, num momento em que os dois países da península se integram numa comunidade europeia, com a qual pouco se identificam económica, cultural e politicamente. Em entrevista concedida a César António Molina, afirma o iberismo morto, substituído por um outro conceito de unidade ibérica, o “trans-iberismo”, considerando inútil falar de fusão económica entre Portugal e Espanha, na medida em que, sob a batuta de Bruxelas, os dois países perderam a capacidade de tomar decisões sobre esses assuntos. Continuando a explicar o seu programa ideológico sobre as relações intra e extra-

³⁵ *Ibidem*, p. 13.

³⁶ *Ibidem*, p. 85.

³⁷ João Céu e Silva (2007) Entrevista a José Saramago, *DN*, www.dn.pt/inicio/interior.aspx?content_id=661318&page1, consultado em 3/02/58.

peninsulares, acrescenta que face à hegemonia do norte da Europa, o “trans-iberismo”, ou a “trans-ibericidade” implicaria o aprofundamento dos laços com a África e a América, a melhoria do “conhecimento mútuo dos povos peninsulares e a recusa de preconceitos históricos e culturais”³⁸. Tratar-se-ia da representação literária de um todo harmonioso e solidário, associando as diferentes tendências de pensamento da Península Ibérica, uma forma de reafirmar a nacionalidade dos dois países, pela superação de desacordos históricos e políticos e pelo reforço da aproximação cultural, transnacional, entre a Península Ibérica, a África e as Américas de raízes culturais latinas.

Sobre a questão das relações peninsulares e do iberismo, o historiador Raul Morodo afirma em 1983: “este *ismo* ideológico, que atrae y repele, que concita adhesiones y rechazos [...] es una constante en nuestra común y diferenciada historia peninsular, muy especialmente en nuestro último siglo”³⁹. Considerando que não há uma doutrina iberista homogênea e estruturada, identifica o iberismo político das ditaduras franquista-salazarista como o período de maior distanciamento entre os dois povos e culturas, em que houve, sobretudo, um simples pacto de não-agressão, não de concertação política ou proximidade cultural. No mesmo artigo considera ainda que, num regime de democracia pluralista, será possível atualizar e aprofundar as relações entre Portugal e Espanha, já sem sebastianismos nem hegemonismos mágicos. Finalmente, aponta a modernização o desenvolvimento e a consolidação democrática nos dois países como objetivos comuns, concluindo que o reforço das relações entre eles significará também o aceleração progressiva de uma comunidade ibero-americana: ” Este neoiberismo democrático – de acercamiento sin suspicacias, de conocimiento mútuo, de revitalización cultural e política será, necesariamente, un iberoamericanismo”⁴⁰.

No artigo “Iberismo hoy: posiberismo”⁴¹, Fernando de la Flor situa estes conceitos no centro de debates e questões identitárias cuja atualidade se dirime no campo intelectual do nosso tempo. Acrescenta que, no contexto dos ideais do processo de racionalização e de assimilação aos modelos culturais europeus, o iberismo parecia uma causa perdida e não estaria talvez previsto que pudesse sobreviver à passagem do tempo. E, no entanto, talvez decorrendo mesmo do grande processo de assimilação europeia, solidificaram-se os laços

³⁸ ³⁸ César António Molina (1990), *Sobre el iberismo y otros escritos de literatura portuguesa*, Akal, Madrid

³⁹ Raul Morodo (1983) “Iberismo e iberoamericanismo”, *El país*, 16 de julho 1983,

http://elpais.com/diario/1983/07/16/opinion/427154414_850215.html, consultado em 22/04/2015

⁴⁰ *Idem, Ibidem.*

⁴¹ Fernando R. de la Flor, “Iberismo hoy: posiberismo”, www.cei.pt, consultado em 22/04/2015.

locais e o pensamento ibérico recuperou alento, enquanto legitimador da unidade necessária numa atualidade que de novo busca a união de mundos e territórios.

I.3. Literatura, memória e história

No capítulo IX de *Poética*, Aristóteles estabelece os parâmetros da separação de géneros, explicando que a diferença fundamental entre poesia/literatura e história se situa, não ao nível da forma, mas ao nível da dimensão epistémica, ou seja, do conhecimento a que cada um dos géneros conduz, na medida em que realizam a imitação poética ou a narração histórica. Assim, a poesia (*mimese*) assume-se como a imitação das ações humanas, enquanto a história (*diegese*) é a narração dos eventos realmente ocorridos⁴². Nesta distinção de géneros, cabe à história a pesquisa e a narração dos factos passados, realmente acontecidos, enquanto a poética se dedica às possibilidades do que poderia ter acontecido. Contudo, embora associando a história ao real acontecido, Aristóteles não confunde o que se passou com o seu relato, pois entre ambos coloca-se a entidade narrativa que seleciona, organiza e apresenta os acontecimentos sob uma determinada perspetiva.

Pela abundante matéria prima que a história continua a proporcionar à literatura, é sempre oportuno discutir o contributo e a força testemunhal desta na evocação da matéria histórica, reconhecendo que ela traz aquilo que lhe é específico e que não pode oferecer a historiografia tradicional e académica: o ponto de vista vivencial, a descrição de uma experiência pessoal plena e carregada de subjetividade, a expressão da mentalidade e do espírito do momento histórico.

No caso da ficção historiográfica, é assumido, da parte de alguns autores, o empenho na representação crítica do contexto histórico em que as suas ficções se inserem, num constante jogo dialógico entre história, realidade e ficção. É, por exemplo, o caso de José Saramago, em cujas obras se propõe a reavaliação do discurso institucionalizado, a reorganização da história através da ficcionalização de contextos históricos reais e uma releitura radical da memória coletiva da história de Portugal. Para este autor, a literatura usufrui da liberdade que advém do poder da imaginação e de as narrativas não terem de se limitar a representações realistas ou que tenham de ser verificadas. Nessa liberdade criativa não há limites na substituição *daquilo que foi por aquilo que poderia ter sido*, no entendimento de

⁴² Aristóteles (1986), *Poética*, (tradução e notas de Eudoro de Sousa), Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, p. 115.

que a ficção é também uma forma de reconstruir e de conhecer, tanto o passado como o presente.

Como refere Enzo Traverso, “os mesmos factos engendram verdades distintas”⁴³, das quais a história e a literatura, embora recorrendo a discursos de natureza diversa, a distintas formas de aproximação do real, ambicionam construir uma versão plausível e convincente. Assinalando o carácter narrativo da história, Paul Veyne acrescenta que os historiadores compõem um romance constituído por acontecimentos verdadeiros cujo ator é o homem⁴⁴.

I.4. Questões de memória

Como referimos, o romance contemporâneo tem mostrado grande interesse na recuperação de temas históricos, revisitando épocas e episódios marcantes, um processo que, não raras vezes, parte de uma reavaliação do discurso historiográfico tradicional e desemboca na reflexão crítica e irónica sobre o momento presente. Nos países que viveram períodos de ditadura e/ou guerras civis, as questões políticas, sociais, emotivas e até comunicacionais, associadas à representação do passado, bem como o tema da memória histórica ganham uma expressão significativa. A implantação de regimes democráticos criou condições para o aparecimento ou liberalização de inúmeras formas de expressão artística, banidas ou, pelo menos, censuradas no período ditatorial, que se complementam na abordagem da relação da sociedade e dos artistas e intelectuais com o passado e o resgate da matéria histórica.

É sabido que os discursos historiográfico e literário se prendem com a expressão individual e coletiva do presente e do passado. Porém, antes de desenvolver as questões relacionadas com a função e a presença da memória importa abordar alguns conceitos que encerram múltiplos significados e estão longe de ser consensuais entre as comunidades académica e literária. O próprio conceito de memória histórica é objeto de alguma discussão, no sentido em que associa dois universos que parecem excluir-se mutuamente, ou seja, a memória, um processo intrinsecamente subjetivo e individual, à história, que se pretende universal e fundamentada na análise e no exame objetivo dos factos. Nas inter-relações entre história e memória, a primeira assume-se como uma discussão crítica sobre o passa-

⁴³ Enzo Traverso (2012) *O Passado, modos de Usar*, Unipop, Lisboa, p. 106.

⁴⁴ Paul Veyne (2008), *Como se escreve História*, Edições 70, Lisboa.

do, uma reconstrução de factos e eventos decorridos no sentido de os contextualizar e interpretar. Já a memória, segundo Paloma Aguilar, é uma faculdade fundamental, embora caprichosa, inconstante e volúvel. Pode impor-se de uma forma obsessiva e tirânica, produzir uma sensação de verosimilhança de forma enganosa e tanto ocorre sem ser chamada como recusa comparecer quando convocada⁴⁵.

Tanto a memória como a história elaboram o passado e o filósofo Paul Ricoeur⁴⁶ aponta a função matricial da primeira, resistindo, porém, a colocá-las em campos opostos ou a reduzir a memória a um simples objeto da história. Enquanto a história representa o passado, mediante a apresentação da prova documental a construção da explicação e a organização literária da narrativa, a memória é a guardiã da problemática da relação do presente com o passado. Não há hierarquia nem concorrência entre elas, a memória permanece como a guardiã de algo que efetivamente aconteceu no tempo e aproxima-se da história pela sua ambição de veracidade e para fundamentar as suas reivindicações, nomeadamente no plano da identidade. Passível de manipulações frequentes, a memória é integrada pelo historiador, cujo desafio é a defesa de uma memória esclarecida pela história e a de uma historiografia passível de reanimar a memória. Por outras palavras, cabe ao historiador a tarefa da apreensão da relação entre presente da memória do acontecimento e o passado histórico desse mesmo acontecimento, em função da conceção de um futuro desse passado.

Em sentido oposto, Pierre Nora⁴⁷ renova o debate sobre a memória e a história, concluindo que elas estão longe de ser sinónimos, pelo contrário, tudo as opõe. Nas vicissitudes da escrita da história, que se propõe conceptual, problematizadora e laicizante, a memória é “afetiva e mágica”, é “a vida”, sujeita à dialética da memória e da amnésia, vulnerável a manipulações e a deformações sucessivas. A história, com uma vocação universal, assenta num discurso crítico do passado, sob uma perspetiva secular e objetiva, fundada na distância retrospectiva. Ainda segundo este autor, enquanto a memória está enraizada no “concreto, no espaço, no gesto, na imagem e no objeto”, à história apenas interessam as continuidades temporais, as evoluções e as relações das coisas. À memória, ab-

⁴⁵ Paloma Aguilar Fernández (2008) *Políticas de la memoria y Memorias de la Política. El caso español en perspectiva comparada*, Alianza Editorial, Madrid.

⁴⁶ Paul Ricoeur (2000), *La Mémoire, L'Histoire, L'oubli*, Seuil, Paris, p. 106

⁴⁷ Pierre Nora (1984) “Entre Mémoire et Histoire, la Problématique des lieux” In: *Les Lieux de Mémoire*, vol. 1, *La République*, Pierre Nora (ed), Gallimard, Paris, pp.XVIII-XXII.

solta e sempre atual, o vínculo ao presente eterno, opõe-se a reconstrução sempre incompleta e problemática do que já não existe, a história que apenas conhece o relativo⁴⁸.

No momento presente, a “aceleração da história”, a precipitação cada vez mais rápida num passado definitivamente morto e a percepção global de que tudo desaparece traduzem-se na curiosidade pelos lugares onde a memória se refugia e cristaliza, os lugares de memória, *les lieux de mémoire*⁴⁹. Para Pierre Nora, estes não são mais do que vestígios cristalizados da memória de uma sociedade desritualizada e que revela a necessidade de festejar efemérides, criar arquivos, enfim, de organizar formas e momentos de celebração da memória. Propensa a reconstituições minuciosas, esta é uma memória voluntária, deliberada, vivida quase como um dever e que, tendo perdido a sua dimensão interior, necessita de testemunhos materiais e imateriais, de suportes exteriores para justificar a sua existência. É um outro aspeto daquilo a que Nora chama “obsessão memorial”, característica de um sistema social fragmentado, marcado pelo declínio das tradições pela perda de referências.⁵⁰ Para este autor, com o desenvolvimento económico cultural e social das sociedades aumenta o desejo de preservar o passado, de forma nem sempre rigorosa, acontecendo mesmo a invenção ou criação de tradições, que possam justificar e legitimar o momento presente.

Como também foi sublinhado por Pierre Nora, que analisa o binómio memória-história e a interação entre estes dois conceitos, as sociedades são confrontadas com diversos tipos de discursos de memória sobre períodos significativos de opressão política e social, ocorridos sobretudo no século XX, mas também em torno da herança colonial ou da escravatura. Acrescenta mesmo que o mundo vive atualmente sob o signo do ressurgimento da memória, sugerindo a ideia de uma vaga de fundo memorialista que liga muito estreitamente a fidelidade ao passado – real ou imaginado – e o sentimento de pertença, a consciência coletiva e a consciência individual, a memória e a identidade⁵¹. Este movimento da memória, que ele designa como “a era da comemoração”, tem como um dos motivos a “aceleração da história”, ou seja, a consciência de um passado que se afasta cada vez mais rapidamente, a rutura da unidade do tempo histórico, a linearidade que unia o passado ao presente e ao futuro. A incerteza do futuro impõe ao presente o “dever de memória”, a

⁴⁸ *Idem, Ibidem*, p. XIX.

⁴⁹ *Ibidem*, p. XVII.

⁵⁰ Enzo Traverso (2012) *Op. Cit.* p. 14.

⁵¹ Pierre Nora (2002) “L'avènement mondial de la mémoire”, *Eurozine*, <http://www.eurozine.com/articles/2002-04-19-nora-fr.html>, consultado em 5/03/2015.

necessidade de recordar, de acumular religiosamente todos os traços visíveis e signos materiais, testemunhos do que somos ou fomos, reforçando a noção de “memória coletiva”. Ao mesmo tempo, o reforço e a apropriação coletiva da memória vêm desapossar o historiador do monopólio de produção e interpretação do passado.

O sociólogo e filósofo francês Maurice Halwachs⁵², um dos primeiros a atribuir à memória uma identidade coletiva, propõe a existência de dois tipos de memória, uma interior ou pessoal e a outra exterior ou social. Mais concretamente, a memória autobiográfica e a memória histórica⁵³. Insistindo no caráter social da memória, explica que a evocação implica uma comunicação com os outros, não sendo possível a alguém recordar sem um ponto de referência com o grupo em que se insere. As lembranças, embora individuais, serão sempre coletivas ou do domínio comum, na medida em que se parte do grupo para evocá-las, havendo ainda tantas memórias coletivas quantas as comunidades ou grupos, formados por afinidades de pensamentos e relações afetivas. A recordação e o esquecimento supõem a vinculação a um enquadramento coletivo e a partilha de pontos de referência sociais que permitam coordenar as memórias no tempo e no espaço. Halwachs assinala ainda que a memória não se pode desvincular das circunstâncias em que é produzida e convocada, sendo assim afetada pelos filtros do presente. Forçoso é, então, que em cada nova recordação se introduzam matizes e modificações derivados do momento atual, com a conclusão lógica, para este filósofo, de que a memória coletiva de um episódio particular está intimamente ligada com a vida da geração que a experimentou. Por oposição a estas memórias individuais e coletivas, Halwachs refere-se à memória histórica como um conceito impessoal construído acima dos diferentes grupos sociais e marcada por uma perspectiva externa, daí que ele prefira utilizar o conceito de memória coletiva, de natureza viva e dinâmica. Ainda assim, é de salientar que o termo “memória histórica” tem vindo a ser adotado como o sentido mais conhecido de memória coletiva, praticado e encorajado a nível nacional; incorporando um elevado grau de subjetividade e diversos juízos de valor, pode ser um instrumento de interpretação falaciosa da história e de instrumentalização política como forma de criação de uma pretensa identidade nacional.

Sobre esta questão, Paloma Aguilar adianta que a memória pode assumir um caráter social ou coletivo pelo facto de ser partilhada pelos membros de um grupo mais ou menos

⁵² M. Halwachs é o autor de *La Mémoire Collective*, publicada a título póstumo em 1950. Preso pelos alemães e deportado para Buchenwald, aí viria a morrer em 1945.

⁵³ Maurice Halwachs ([1950] 1997) *La mémoire collective*, Albin Michel, Paris.

delimitado, mais reduzido, como a família, ou mais vasto, como a nação. Cabe ainda distinguir esta memória, coletiva ou social, da memória institucional ou oficial, associada ao espaço público e às comemorações oficiais. Em regimes democráticos, esta última, embora possa ser dominante, pode partilhar o espaço com uma pluralidade de memórias sociais que entram em competição direta com ela. Acrescenta ainda que, no seu entender, se deve aplicar o conceito de memória coletiva, ou social, aos sujeitos que viveram diretamente os acontecimentos, reservando o de memória histórica aos que não o experimentaram mas que partilham laços de identidade com aqueles que contribuíram para a homogeneização das recordações, a partir das suas experiências pessoais. Ainda assim, assinala o que esta distinção pode ter de artificial, já que, em momentos de transição, a geração que viveu os acontecimentos e a seguinte, portadora da memória histórica, podem coexistir no tempo. Assim, considera que a memória é tanto mais histórica quanto mais distante no tempo estiver o facto evocado, cabendo aos investigadores determinar o mais rigorosamente possível quais são os sujeitos sobre os quais vão assentar a sua análise, os que viveram o facto em questão, ou todos aqueles para quem ele continua a ser relevante⁵⁴.

CAPÍTULO II – OS PROCESSOS DE DEMOCRATIZAÇÃO EM PORTUGAL E ESPANHA

II.1. Interrelações entre Portugal e Espanha durante as transições democráticas

Um processo de democratização refere-se à “passagem de formas diversas de autoritarismo para a democracia, seja por democratização mais ou menos deliberada dos regimes em vigor, seja em virtude de uma mudança clara de regime”⁵⁵. A expressão “transição democrática” tem em conta que se refere a um processo que decorre num lapso de tempo

⁵⁴ Paloma Aguilar Fernández (2008), *Op. Cit.* pp. 56-58

⁵⁵ Guy Hermet et al., (2014), *Dicionário de Ciência Política e das Instituições Políticas*, Escolar Editora, Lisboa

intermédio, com resultado incerto, ou seja, pode acabar por não conduzir verdadeiramente à democracia⁵⁶.

Para a sua análise das vagas de democratização à escala mundial, o cientista político Samuel Huntington estabeleceu uma tipologia para os modelos de transição de regimes autoritários ou repressivos para regimes democráticos assente essencialmente em três modelos. O primeiro, de transformação, ou reforma, quando as elites do poder assumem as rédeas do processo de democratização, ou seja, a iniciativa de democratização parte do próprio regime não democrático, pelo que são os detentores do poder que iniciam e lideram o processo de mudança. O segundo, quando o processo conducente à democracia é iniciado e controlado pelos grupos de oposição ao regime não democrático, envolvendo o seu colapso, ou o derrube pela força. Este processo implica um corte radical com a situação anterior e níveis de conflitualidade e violência por vezes elevados. O terceiro modelo proposto por Huntington combina os dois anteriores, já que o processo de democratização resulta da ação conjunta das forças no poder e na oposição, o que pode ocorrer quando há um equilíbrio de poderes e nenhum dos lados tem, isoladamente, capacidade de iniciar e desenvolver o processo de transição⁵⁷.

As investigações históricas sobre os processos de transição para a democracia de Portugal e Espanha permitem pôr em evidência alguns pontos em comum. Embora muito tardios, no contexto europeu, abriram processos paralelos de ajustes de contas com o passado ditatorial, envolvendo um intenso debate de libertação da memória, em Espanha, à volta das responsabilidades da Guerra Civil, da repressão franquista e da dignidade moral da vítimas; em Portugal, sobre a natureza política do salazarismo, sobre a Revolução de 1974, o colonialismo e a Guerra Colonial, a repressão política e os movimentos de resistência⁵⁸. Assentes em quatro valores fundamentais: família, religião católica, ordem e hierarquia, os regimes de Franco e Salazar fomentaram a repressão e a despolitização da sociedade, com a Igreja a funcionar como elemento aglutinador e de legitimação dos regimes autoritários, apesar de um afastamento gradual de vários membros da hierarquia eclesiástica em relação aos regimes dos dois países, sobretudo a partir do Concílio Vaticano II, em

⁵⁶ *Idem, Ibidem.*

⁵⁷ Samuel Huntington (1993) *The Third Wave : Democratization in the Late 20th Century*, Univ. of Oklahoma Press, p. 114.

⁵⁸ Manuel Loff, (2015) in Manuel Loff, Filipe Piedade, Luciana Castro Soutelo (coord) *Ditaduras e Revolução - Democracia e políticas da memória* (Introdução), Almedina, Lisboa.

1965⁵⁹. No panorama da oposição aos regimes, notam-se também algumas semelhanças, com a extrema-direita dos dois países a recusar liminarmente qualquer proposta de abertura, enquanto a direita democrática se mostrava desorganizada, já que os regimes autoritários favoreciam os seus interesses. A esquerda moderada aparecia débil e dividida e os partidos comunistas capitalizavam a oposição, com forte implantação na classe operária e domínio do movimento sindical. Com a chegada ao poder de Marcelo Caetano, em Portugal teria lugar a chamada *Primavera Marcelista*, que, após uma fase de tímidas medidas de descompressão da ditadura, entre 1968 e 1970, voltaria a uma fase de endurecimento, em consequência da profunda desconfiança dos *ultras* em relação a reformas possíveis e às propostas de solução do problema da guerra colonial.

Em Portugal, a Segunda República nasce em 1974, com um golpe militar desencadeado pela emissão, na *Rádio Renascença*, da canção “Grândola Vila Morena”, o sinal para que o *Movimento das Forças Armadas* ocupasse lugares estratégicos previamente determinados. O que inicialmente se julgava um Golpe de Estado seria, afinal, o início de um processo revolucionário traduzido na rutura política, histórica e institucional com o regime do Estado Novo. Samuel Huntington considera-o o início implausível de uma revolução democrática, sabendo-se que os golpes militares são mais propícios ao derrube do que à instauração de regimes democráticos⁶⁰. Segundo o mesmo, a revolução portuguesa deu início àquilo que ele designa como a “terceira vaga de democratização” à escala mundial que, na Europa, continuaria com o abandono do poder da ditadura militar grega, em novembro de 1974, e, após a morte do general Francisco Franco, em 20 de novembro de 1975, com o processo de transição para a democracia em Espanha⁶¹. Neste país, o processo de abertura democrática é desencadeado a partir do interior do regime, possibilitando a manutenção das instituições civis e militares herdadas da ditadura e a capacidade da elite franquista de impor um pacto de permanente negociação e coexistência com as forças democratizadoras.

Contrastando com o processo espanhol, em Portugal não houve qualquer negociação entre as elites da ditadura e as oposições, como assinala o historiador António Costa Pinto, que sublinha, também, a singularidade da intervenção democratizante da intervenção

⁵⁹ Josep Sánchez Cervelló, “La interrelación entre Portugal y España durante la consolidación democrática”, in RES-PUBLICA, *Revista Lusófona de Ciência Política e Relações Internacionais* 2007, 5/6, pp. 47-58.

⁶⁰ Huntington, *Op. Cit.* . pp. 3-4.

⁶¹ *Idem, Ibidem*, p.15.

dos militares⁶². A este respeito, Josep S. Cervelló assinala que, na História portuguesa, as forças armadas sempre tiveram um elevado grau de aceitação, tanto na esquerda como na direita, embora tenham ocupado papéis importantes na Administração e nos serviços do Estado Novo. Sublinha que foram os militares de patente inferior, os capitães, a sublevar-se contra o regime e a hierarquia militar que defendia a continuação da guerra e a desencadear a liberalização do regime. Durante o período revolucionário (1974-75) dirigiram maioritariamente a descolonização e tutelaram o processo político, mantendo-se autónomos em relação em relação ao poder civil⁶³.

Com o golpe militar bem sucedido, e contando desde o início com forte mobilização popular e adesão das forças democráticas, procedeu-se, no próprio dia, à dissolução imediata das instituições ligadas ao Estado Novo, como a polícia política, a Mocidade Portuguesa, a Legião Portuguesa e o Secretariado para a Juventude. Os serviços de censura foram dissolvidos, ilegalizadas diversas organizações de direita e extrema-direita e ocupados os organismos afetos à ditadura⁶⁴.

Mantendo o contraponto com a situação espanhola, cujo ditador acabaria por morrer no poder, depois de ter conduzido a sua própria sucessão, em Portugal, o governo da ditadura foi imediatamente deposto, na sequência do golpe militar. O Presidente da República, Américo Thomaz, o Presidente do Conselho, Marcello Caetano e alguns ministros foram transportados para a ilha da Madeira, de onde seguiriam para o exílio no Brasil. Ao longo de 1974 e 1975 teriam lugar medidas de criminalização e punição de personalidades conotadas com a ditadura, como a prisão de agentes e informadores da polícia política, o afastamento de oficiais afetos ao Estado Novo, a perseguição e prisão de membros da Legião Portuguesa e a dissolução de corpos policiais ligados à repressão.

Paloma Aguilar assinala a mescla de orgulho e surpresa dos espanhóis com o facto de a transição espanhola se ter convertido no paradigma indiscutível da transformação pa-

⁶² António Costa Pinto (2004) “Ajustando as contas com o passado na transição para a democracia em Portugal”. In: Alexandra Barahona de Brito; Carmén González-Enríquez; Paloma Aguilar Fernández (coord.). *Política da memória: verdade e justiça na transição para a democracia*, Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa. pp. 87-153.

⁶³ Josep Sánchez Cervelló, *Op. Cit.* .

⁶⁴ Paloma Aguilar (2004) “Justiça, política e memória: os legados do franquismo na transição espanhola”, in Alexandra B. Brito; Carmén González-Enríquez; Paloma Aguilar Fernández (coord.). *Política da memória: verdade e justiça na transição para a democracia*, Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa. p. 115.

cífica de um regime autoritário em regime democrático⁶⁵. Após um regime de quarenta anos de ditadura, saído de uma Guerra Civil, eram baixas as expectativas de um processo de transição harmonioso, por diversos fatores, como a memória da Guerra Civil, o medo da reação dos militares e da direita franquista perante o impulso democratizador e, também, pelo clima de violência quotidiana que se vivia no País Basco⁶⁶. Após o assassinato do almirante Carrero Blanco, em dezembro de 1973, Franco nomeou Arias Navarro para presidir ao governo de um país marcado por divisões na elite do poder, agitação operária e estudantil, afastamento dos intelectuais e crescentes sectores da classe média e o terrorismo da ETA. Algumas expectativas criadas em relação à reforma do regime em breve seriam goradas, com a constatação de que o regime era incapaz de se autorreformular, em especial devido ao medo de que o mínimo movimento de reforma provocasse a queda do regime. Por outro lado, ao contrário do que acontecia em Portugal, no imaginário popular dos espanhóis as Forças Armadas espanholas estavam associadas à repressão e à defesa dos interesses oligárquicos, nunca a apoiar intenções reformistas.

Desaparecido Franco, numa nova monarquia encabeçada pelo rei Juan Carlos e com o governo de Adolfo Suárez, foi aprovada a *Ley de Reforma Política*, em 1976, que garantiu a mudança de regime sem vazios de poder, sem depurações no aparelho do Estado e sem beliscar os beneficiários da ditadura de 40 anos⁶⁷. Esta lei afirmava o princípio da soberania popular, declarava a supremacia da lei, afirmava que os direitos fundamentais eram invioláveis, restaurava o sufrágio universal e reconhecia o pluralismo político. Em outubro de 1978, as Cortes aprovaram a nova Constituição, posteriormente legitimada por referendo popular nesse mesmo mês, a qual garantia como princípios básicos a justiça, a igualdade e o pluralismo político, assentes nos princípios do Estado social e democrático de direito, a monarquia parlamentar e o Estado autonómico⁶⁸.

O processo de transição manteve-se ensombrado pelo risco de uma regressão autoritária, posta em evidência com o golpe militar de 23 de fevereiro de 1982, precisamente numa altura em que os socialistas do PSOE podiam vir em breve a chefiar o Governo, como veio efetivamente a acontecer. A crise foi resolvida com a intervenção determinante do

⁶⁵ *Idem, Ibidem*, p. 111.

⁶⁶ *Ibidem*, p. 113.

⁶⁷ Josep Carvelló, *Op. Cit.*

⁶⁸ Álvaro Soto Carmona, (2009), *La transición a la democracia en el sur de Europa. La historia como instrumento para su comparación*, in ESTUDIOS INTERNACIONALES, Instituto de Estudios Internacionales – Universidade de Chile, pp. 7-30.

rei Juan Carlos, tendo-se ainda registado nova tentativa abortada em 27 de outubro desse ano. Considera-se, aliás, que esse momento marca o final da transição, visto que ele marca o final das incertezas que tinham marcado o processo e condicionado a vida política: a organização territorial do Estado, o involucionismo político e a debilidade dos sistemas de partidos⁶⁹.

Em Portugal, apesar da rápida desagregação do aparelho político do Estado Novo, a esperada rápida institucionalização de um regime democrático viria a ser afetada por clivagens sobre o processo de descolonização entre o General Spínola e os militares promotores do golpe. A conseqüente crise de Estado e o espaço de mobilização política e social e daí resultantes levariam à radicalização do processo revolucionário e na incapacidade de as elites moderadas conduzirem a institucionalização da democracia representativa. Em 25 de abril de 1975 tiveram lugar as eleições para a Assembleia Constituinte, num período que se manteria de grande turbulência política e social, e que seria recordado como o “verão quente”. Para António Costa Pinto⁷⁰, esta época seria marcada pelo desenvolvimento de fortes estruturas políticas de base, como as comissões de trabalhadores, ligadas à extrema-esquerda, pela penetração política desta nas forças armadas e por episódios de radicalização como as ocupações da Rádio Renascença, do jornal *República* e de propriedade urbana na região de Lisboa. Enquanto os partidos Socialista e Social-Democrata congregavam, em Lisboa e no Porto, a reação moderada a esta radicalização, no Norte do país, a mobilização antirrevolucionária ficou a cargo da hierarquia da Igreja Católica, sobretudo das paróquias, e das individualidades locais. Com a participação de elementos de direita e extrema-direita, militares e civis, a “ofensiva anti esquerdista passou por uma onda de violência política contra as sedes do PCP e de outras forças da extrema-esquerda e de sindicatos a eles associados, e daria origem a organizações terroristas de extrema-direita”, como o MDLP e o ELP.

Já num clima de consolidação democrática, os últimos anos da década de 70 seriam marcados por um clima de “reconciliação política” e “pacificação”, motes dos discursos oficiais dos governos socialistas chefiados por Mário Soares, sob a presidência do Presidente da República, general Ramalho Eanes, ambos democraticamente eleitos. Foram anos marcados pela reintegração dos retornados das ex-colónias (entre 500 a 800.000) e o pro-

⁶⁹ *Ibidem*.

⁷⁰ António Costa Pinto (2004) *Op.cit.*

gressivo afastamento dos militares da cena política. Afastado o risco de penalização, algumas figuras do regime anterior regressaram a Portugal, como foi o caso de alguns ex-ministros e do almirante Américo Thomaz, e várias personalidades ligadas ao Estado Novo viriam ainda a ter uma intervenção ativa na vida política. Em substituição do dia 28 de maio, comemorativo do golpe que conduziria Salazar ao poder, o dia 25 de abril foi declarado feriado, o dia fundacional da nova República.

Perante a situação problemática do período revolucionário, Portugal mereceu particular atenção das instituições internacionais, que se mobilizaram na procura de uma solução moderada, como foi o apoio às forças políticas democráticas de direita e de centro-esquerda. A este respeito, Josep Cervelló dá-nos conta das distintas posições da diplomacia norte-americana: a do Secretário de Estado, Kissinger, que acreditava que Portugal estava perdido para o Ocidente e que o comunismo acabaria por se implantar; a do embaixador dos EUA, Frank Carlucci, que manteve a esperança na vitória democrática⁷¹, o que se viria a concretizar. Samuel Huntington justifica o apoio financeiro dos EUA aos partidos moderados com a importância que a expansão da democracia tem para as relações internacionais, como garantia de manutenção de paz internacional, sendo sabido que, com poucas exceções, os regimes democráticos não entram geralmente em confronto com outras democracias. Acrescenta que o futuro da democracia no mundo é da maior importância para os norte-americanos, para quem o compromisso com os valores liberais e democráticos é inseparável da sua identidade enquanto nação. Desta forma, o futuro do País está intimamente ligado com aos valores de liberdade, estabilidade e paz e o desenvolvimento de um ambiente global propício à democracia⁷². As tensões resultante do contexto internacional da Guerra Fria fizeram-se sentir durante os processos de transição, tanto no território peninsular como em África. Em 1975, era insustentável manter a Guerra Colonial e Portugal viria a abandonar Angola e Moçambique de forma algo precipitada a movimentos de libertação apoiados pelo bloco soviético, China e Cuba, enquanto, no continente, o crescente protagonismo das forças afetas ao Partido Comunista Português seria definitivamente contrariado em novembro de 1975. Entre 1982 (Revisão Constitucional, fim do Conselho da Revolução e criação do Tribunal Constitucional, redução dos poderes do Presidente e reforço do papel dos partidos) e 1986 (eleição do primeiro Presidente da República civil e entrada de

⁷¹ Josep Cervelló, *Op. Cit.*

⁷² *Idem, Ibidem.*

Portugal na CEE/EU), os estudiosos declaram finda a transição e a entrada do país na fase da consolidação democrática.

II.2. Que fazer com o passado autoritário?

Um dos desafios mais importantes que se colocam às sociedades em transição de regimes autoritários para regimes democráticos é a forma de lidar com o legado de um passado repressivo, ou seja, a forma de operar a reconciliação com o passado.

Como já foi referido, em Espanha, a recordação da Guerra Civil foi omnipresente durante a Transição espanhola e esteve subjacente à adoção de algumas medidas muito importantes durante esse período. Segundo Paloma Aguilar, havia a memória difundida de que ambos os lados tinham cometido barbaridades, pelo que todos os setores ideológicos deveriam contribuir para que isso se não repetisse. Os dirigentes políticos “acordaron no utilizar el pasado como arma arrojadiza, ya que ello era considerado incompatible con el objetivo de establecer en España un régimen democrático estable y duradero”⁷³. O passado bélico era evocado com uma finalidade pedagógica, relegando-se ao esquecimento os aspetos mais difíceis e dolorosos, que pudessem avivar a chama da discórdia. Por outro lado, a associação, no imaginário dos espanhóis, entre o surgimento de um regime de liberdades na transição e o período da primeira experiência democrática falida da Segunda República conduziu à evocação das tensões experimentadas nos anos trinta e ao medo de que o passado de violência se pudesse repetir. Assim se entende que muitas decisões cruciais da democracia tivessem como objetivo evitar reproduzir o modelo institucional da Segunda República, a que se atribuía a desestabilização do regime⁷⁴.

Paloma Aguilar é de opinião de que as repercussões históricas da Guerra Civil foram tais que alcançaram mesmo as gerações que não tinham lutado na guerra. Boa parte da classe política da transição nasceu após a década de trinta e cresceu sob um regime que inculcou valores associados à exaltação da vitória franquista; contudo, na consciência desta geração era tão forte o trauma herdado e vivido da violência e das atrocidades cometidas, independentemente do lado político responsável, que muitos espanhóis se empenharam em perseguir o objetivo fundamental de nunca mais permitir uma nova luta fratricida. Dispostos a consentir renúncias, concessões e compromissos, e longe da polarização política dos

⁷³ Paloma Aguilar Fernández (2008), *Op. Cit.* p. 26

⁷⁴ *Idem, Ibidem*, p. 26

seus antecessores, estes novos atores políticos levaram a cabo um processo de negociação entre ideologias opostas mais fluido e civilizado do que chegou a ser temido⁷⁵. Na sequência de um longo debate político, e aproximando-se as eleições de 1977, tornou-se evidente uma convicção geral de que um processo constituinte destinado a instaurar uma democracia em Espanha exigia como ponto de partida a amnistia geral de todos os delitos de intencionalidade política, qualquer que fosse o resultado, cometidos desde o princípio da Guerra Civil até às primeiras eleições gerais. Em 15 de outubro de 1977, o Congresso dos Deputados aprovou a Lei 46/1977, que incluía a amnistia dos presos políticos, bem como de um amplo espectro de delitos que incluíam atos políticos, rebelião, sedição (incluídos os delitos e faltas cometidos em consequência de ambas) e denegação de auxílio, cometidos antes de 15 de dezembro de 1976⁷⁶. Em editorial intitulado “Amnistía al fin”, o jornal *El País*, de 15 de outubro de 1977, fazia eco da opinião de que, com essa lei, se tornava possível fechar o ciclo de quarenta anos de ditadura em Espanha, acrescentando que o olhar sobre o passado deveria apenas servir como reflexão sobre as causas da catástrofe e a forma de impedir a sua repetição. Acrescentava ainda que um povo não pode nem deve prescindir da sua memória história, a qual deve servir, não para alimentar rancores, mas para construir projetos pacíficos de convivência⁷⁷.

Apesar de na sequência da aprovação da lei se ter garantido que nenhum processo judicial seria aberto sobre os amnistiados, tal não significou que as questões ligadas à guerra e à ditadura franquista saíssem do debate público. Contradizendo as teorias de alguns que apontam a Transição como uma época de “desmemorização coletiva”, de amnésia, silêncio e esquecimento, o historiador Santos Juliá, assinala a diferença entre os termos “amnésia” e “hechar al olvido”. Enquanto o primeiro se refere a uma perda involuntária da memória, o segundo implica um ato voluntário, como o que presidiu à aprovação da *Ley de Amnistía* de 1977. Com esta lei, pretendeu-se enfrentar o passado para, de seguida e de forma consciente, deixá-lo deliberadamente de lado com o fim de construir um futuro de convivência democrática com mais garantias. Aponta ainda como testemunho da vontade

⁷⁵ *Ibidem*, pp. 33-34.

⁷⁶ www.congreso.es/public_oficiales/L0/CONG/DS/C_1977_024.PDF, consultado em 17-03-2015.

⁷⁷ http://elpais.com/diario/1977/10/15/opinion/245718004_850215.html, consultado em 05-03-2015.

de discutir o passado, o fluxo constante e incontável de trabalhos de investigação e iniciativas de toda a ordem, relacionadas com a República, a guerra e a ditadura⁷⁸.

Paloma Aguilar tem uma opinião mais crítica sobre esta problemática, considerando que, embora no plano cultural tenha havido uma importante presença do passado na transição, as vítimas espanholas receberam atenção e reconhecimento reduzidos, abaixo do que recomenda a legislação internacional em termos de direitos humanos. Aliás, o franquismo nem sequer foi formalmente condenado no Parlamento espanhol, com os autores de violações dos direitos humanos a beneficiar de impunidade ao longo da Transição, sendo evidente a marcada conivência das forças policiais com a violência da extrema-direita e a repressão brutal das manifestações dos grupos de oposição à ditadura. No ensaio “Justiça, política e memória: os legados do franquismo na transição espanhola”⁷⁹ remete para as palavras de Edgar Morán, um dos autores mais críticos em relação à transição: “A vitória moral da classe política procedente do franquismo foi conseguir a amnistia para o seu passado, facilitando, em troca, a incorporação da oposição na vida política real. A primeira derrota ética da oposição democrática foi considerar que a única forma de conseguir a integração na vida política real passava por garantir a impunidade sobre o passado de outra parte”. E ainda, “a capacidade de encantamento de toda a transição pacífica da ditadura para uma democracia deriva de algo tão espantoso como que as vítimas aceitem esquecer os verdugos”. Como também já referimos, para Paloma Aguilar, as especificidades da transição espanhola para a democracia, ou seja, a adoção de um modelo reformista e não de rutura e, em particular, a ausência de medidas de justiça política e mesmo de um debate público sobre elas, só podem ser explicadas pela memória traumática de um confronto fratricida e o desejo obsessivo de o evitar a todo o custo. A este respeito, adverte para os riscos de tal percurso, assinalando que “quando o passado se deixa de lado antes de ser devidamente esclarecido, discutido e assumido, cedo ou tarde acabará por irromper na vida política dos países, obrigando os governos a enfrentá-lo, nem sempre nas condições mais propícias”⁸⁰.

Como referimos, em Portugal a transição para a democracia ocorreu por rutura político-social, e a questão da memória história assumiu um carácter menos controverso que em

⁷⁸ Santos Juliá (2002) “Echar al olvido”, *El País*, <http://elpais.com/diario/2002/06/15/espana>, consultado em 21/01/2015

/1024092029_850215.html, consultado em 25/01/2015.

⁷⁹ Paloma Aguilar Fernández (2004) *Op. Cit.*

⁸⁰ *Idem, Ibidem.*

Espanha, muito em particular por a génese do antigo regime português não resultar da vitória de uma guerra civil. António Costa Pinto⁸¹ faz referência às várias iniciativas estatais de mobilização cívica, durante os primeiros anos da transição, com o fim denunciar o legado do passado ditatorial e “democratizar” certos setores da sociedade portuguesa, como o Serviço Cívico Estudantil, as Campanhas de Democratização Cultural e a Comissão do Livro Negro sobre o Fascismo. O nome de Salazar foi retirado de monumentos e praças, e foram introduzidos na toponímia os nomes de individualidades oposicionistas ou vítimas da ditadura. A Assembleia Constituinte discutiu propostas de criminalização política da elite autoritária e dos responsáveis pela repressão no antigo regime, mas, com exceção do julgamento de alguns agentes da PIDE, a única herança legal resultante desse processo foi a introdução na Constituição da proibição de partidos baseados “numa ideologia fascista”, que se manteve em ulteriores revisões. Os arquivos das instituições do Estado Novo e do próprio Oliveira Salazar ficaram depositados nos arquivos nacionais, embora, segundo Costa Pinto, todos os esforços de constituir núcleos museológicos sobre a repressão e o autoritarismo falharam por falta de vitalidade civil e apoio estatal. A este propósito, a historiadora Irene Pimentel assinala que “Portugal é dos poucos países europeus onde há uma quase total falta de memória física dos tempos da repressão”⁸², pelo que continuam a surgir esporadicamente acessos de memória que revelam que os traumas da repressão ainda não saíram. A propósito do legado de Salazar e da ditadura em Portugal a historiadora refere que a maioria dos estudiosos é de opinião que “a não revelação da identidade e condenação simbólica dos informadores, a cultura de passividade e deferência, a fraqueza da sociedade civil, os valores da ordem e a persistência do clientelismo e da cunha eram legados que marcavam de forma negativa a qualidade da democracia portuguesa”⁸³

CAPÍTULO III - ANÁLISE COMPARATIVA DAS OBRAS

III. 1. Memórias individuais e coletivas

Os quatro romances que agora apresentamos constituem um pretexto para refletir sobre as dificuldades de indagação e recriação do passado através da historiografia e da memória, e também para questionar o próprio processo da escrita, no qual se constrói uma

⁸¹ António Costa Pinto (2004) *Op. Cit.*

⁸² Irene Pimentel (2007) “A memória pública da ditadura e da repressão”, in *Le Monde Diplomatique*, fevereiro de 2007.

⁸³ *Idem, Ibidem.*

narrativa e as personagens recriam, por vezes, também a sua própria história. Retomando o conceito de memória histórica, recordamos que esta, enquanto uma forma de memória coletiva, distingue-se das práticas individuais de apreensão do passado e reflete a visão de uma comunidade sobre um acontecimento ou conjunto de acontecimentos históricos. Os processos de elaboração de memórias individuais e coletivas são indissociáveis da construção da identidade, já que esta assenta num certo sentido de permanência do semelhante no tempo e no espaço sustentado pela recordação que, por seu lado, depende da identidade assumida⁸⁴. Assim, a reconstrução feita pelo sujeito de uma realidade passada nunca é uma experiência subjetiva puramente individual, é sujeita à pluralidade das memórias do grupo e às circunstâncias do presente, as quais condicionam o que é pertinente recordar.

Com *Novembro*, de Jaime Nogueira Pinto, somos introduzidos na intimidade da família proprietária do Banco Fonseca Magalhães que, de origem plebeia, tem vindo a ser “purificada” por sucessivas gerações de cruzamentos com boa genealogia. Esta família da alta burguesia lisboeta, culta e cosmopolita, constitui-se como depositária de uma memória de valores conservadores e católicos, mantidos e alimentados pelas reuniões familiares presididas pela matriarca. Com um passado histórico recente que, em determinada altura se terá cruzado com o de algumas famílias da burguesia franquista, na participação do então jovem Henrique de Vasconcellos na Guerra Civil ao lado das forças nacionalistas, esta família destaca-se da burguesia acomodada e demonstra pouca simpatia por Salazar e Caetano, a quem responsabiliza pelas fragilidades que conduzirão à queda do regime. Henrique de Vasconcellos apoia a utopia nacional-revolucionária do filho Eduardo, que decide alistar-se nos Comandos e partir para África, para tentar contrariar a perda iminente do Império. Do interior desta família entendemos, de uma perspetiva particular essa ameaça:

Lisboa respirava na noite quente sob aquele mesmo céu que vira partir caravelas e aventureiros e ouvira lamentações pelos desaparecidos e mortos do Império. Agora tudo isso estava para acabar: o Império abandonado e as caravelas de volta a uma pátria de novo pequena. O Império ainda teria uma boa quota final de mortos e desaparecidos, depois, era o silêncio⁸⁵.

⁸⁴ José Manuel Sobral (1995) “Memória e Identidades Sociais”, in *Análise Social*, vol. XXX, Univ. Lisboa, p.294

⁸⁵ Jaime Nogueira Pinto (2012) *Novembro*, A Esfera dos Livros, Lisboa. p. 220.

No momento em que o navio *Niassa* abandona Angola levando os últimos militares do exército português, a memória do Império é convocada na intertextualidade com a epopeia de Camões:

*“Tornaram vitoriosos para a armada
Co despojo da guerra e rica presa...”*

Tornaram vitoriosos para a armada...A Sorte devia estar a rir-se deles no Inferno⁸⁶.

O presente, que entendem de profunda decadência de valores, renega o passado glorioso e mítico que eles assumem como marca identitária da memória nacional.

Enquanto inseridas num universo coletivo, as personagens do discurso ficcional acabam por se constituir em distintos microcosmos da sociedade que, combinados, compõem o universo simbólico de uma identidade e de um tempo histórico determinados. O sociólogo catalão Manuel Castells⁸⁷ recorda que a identidade coletiva não é uma essência, é uma construção sociocultural, um processo complexo que envolve o sentido de pertença grupal. Gera-se nas interações sociais quotidianas e envolve conceitos de inclusão e exclusão, tendo em conta os limites ou fronteiras dos grupos que entram em contacto e delimitam o próprio frente ao alheio. Os sujeitos e os grupos identificam-se, não por elementos culturais objetivos, mas por aqueles que consideram significativos, num processo dinâmico que muda ao longo do tempo, segundo as circunstâncias sociais, culturais e políticas.

Em *Romanticismo*, de Manuel Longares, conta-se uma história da burguesia do Bairro de Salamanca, baseada em três personagens femininas, uma por cada geração, a primeira das quais é contemporânea da Guerra Civil Espanhola. Em torno desta família recriam-se os modos de vida de um setor específico da sociedade espanhola nos anos da transição para a democracia, o da burguesia endinheirada do bairro madrilenho de Salamanca, um dos susténs do regime franquista. Num exercício de memória e de reconstrução do vivido, a narrativa é pontuada pelas referências ao diário da cronista social Caty Labaig, através do qual se reconstrói o espírito de uma época, em particular de 1973 a 1975. Frequentes analepses contextualizam o passado desta família que, como outras, partilha do terror dos “vermelhos” e ainda não esqueceu os traumas da Guerra Civil.

⁸⁶ *Idem, Ibidem*, p. 597.

⁸⁷ Manuel Castells (2003) *O Poder da Identidade*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

Novembro e Romanticismo retratam os universos sociais e políticos da alta burguesia portuguesa e espanhola durante as ditaduras, revelando diversos pontos em comum. Além dos valores católicos e conservadores que a enformam, esta classe social beneficia de boas relações com o poder e assenta na manutenção de uma rígida hierarquia social. Em sintonia com o ideário político partilhado pelos dois lados da fronteira, há mesmo quem, do lado da família portuguesa, tenha combatido na Guerra Civil ao lado das tropas nacionalistas e percorrido em romaria o Vale dos Caídos, local identitário da memória franquista:

O primeiro outono que ali passara fora num bunker-trincheira da Cidade Universitária aos tiros aos vermelhos. Pólvora, sangue, frio, sujidade. Onde isso ia. Agora subia a Castellana, a pé, tranquilo, na pele dos vencedores e conquistadores⁸⁸.

Quando alguns elementos da família Magalhães–Vasconcellos se empenham na resistência ao novo regime político português e se refugiam em Espanha, cruzamos com eles as ruas do Bairro de Salamanca, onde facilmente poderiam privar com as personagens de *Romanticismo*.

Porém, apesar desta sintonia no que diz respeito aos contextos sociais e aos valores retratados, são distintas as perspetivas narrativas. Em *Romanticismo*, o narrador assume um tom irónico e claramente crítico no retrato da soberba inquebrantável de um punhado de famílias ricas, ociosas e insensíveis, da burguesia franquista, do seu desconcerto inicial perante as ameaças à sua segurança e da assombrosa capacidade de adaptação e sobrevivência numa realidade com que não contavam. Por contraste, em *Novembro*, é-nos dada a perspetiva respeitosa da família da alta burguesia que assiste com apreensão à queda do Estado Novo e enfrenta com dignidade a nova situação, circunstância bem ilustrada com a superioridade moral exibida pela matriarca Dona Olga de Magalhães ao ser confrontada com a invasão do domicílio familiar pela turba de novos revolucionários. Em oposição à simpatia demonstrada pelos valores conservadores, é manifesto o sarcasmo com que são relatados os avanços revolucionários, com ampla utilização de vocabulário e expressões de conotação pejorativa: “Três meses depois do 25 de Abril e já se viam os efeitos: greves, desordens, tiroteios, folclore democrático”⁸⁹. É verdade que as forças que tentam a resistência ao avanço da revolução também não são poupadas ao sarcasmo da narrador, que

⁸⁸ Jaime Nogueira Pinto (2012), *Op. Cit.* p. 433.

⁸⁹ *Idem, Ibidem*, p. 221.

denuncia a desorganização, os conflitos internos e a ineficácia das intenções que se sucedem.

Um dos eixos temáticos da obra da escritora Lúcia Jorge é a rememoração e a interpretação das mudanças sociais e políticas vividas em Portugal nas últimas décadas. Como o próprio título deixa perceber, o seu romance *Os Memoráveis* constrói-se sob o signo da memória, da dicotomia recordação-esquecimento e das diferentes perspetivas dos acontecimentos do passado recente de Portugal. É pela voz da personagem Ana Maria Machado que, à distância de seis anos, nos chegam as vozes das personagens que evocam acontecimentos ocorridos trinta anos antes.

Com a finalidade de realizar um documentário, uma equipa de jovens jornalistas vai conduzir uma investigação que recupera a memória da Revolução de 25 de Abril de 1974 e dos seus protagonistas. É de assinalar que a iniciativa de levar os Portugueses a evocar um momento de exceção da sua história partiu do exterior – no caso, do ex-embaixador dos EUA em Portugal e de um produtor do canal televisivo CBS. Além disso, o processo vai ser conduzido por uma jovem jornalista portuguesa a residir no estrangeiro, habituada a cobrir conflitos sangrentos em várias zonas do mundo. É Ana Maria Machado que, por circunstâncias familiares, conhece os protagonistas da Revolução de Abril e tem memórias dessa época, mas, ressentida com os pais e com o país, procura resistir ao convite para regressar a Portugal. Contudo, à medida que avança na leitura de centenas de cartas da época, endereçadas ao embaixador, começa a recompor as memórias do tempo antigo da sua infância e acaba por aceder ao convite de recuperar as recordações “da noite memorável, do dia memorável, da estação do ano memorável, de um estado especial da história”⁹⁰.

Já em Portugal, será uma fotografia do verão de 1975 que fornece o ponto de partida para o projeto de rememoração do passado por parte daqueles que, no dizer do ex-embaixador norte-americano em Portugal à data da revolução, ajudaram a espalhar a “metralha de flores”. Esta metáfora assume-se como o símbolo de um momento luminoso na história da humanidade, que é necessário preservar, e que, na sua perspetiva, transcende tudo o que aconteceu em qualquer outro processo revolucionário semelhante.

Ana Maria reconhece que para convocar o passado e entender devidamente o que se passou deverá, com os seus colegas, caminhar pelos locais e dar a conhecer o palco dos

⁹⁰ Lúcia Jorge (2014) *Os Memoráveis*, Dom Quixote, Lisboa, p. 172.

acontecimentos da Revolução portuguesa, tal como eles ocorreram. Ao contrário de Margarida Lota e Miguel Ângelo, ela conhece intimamente esses lugares, percorreu-os repetidamente com os pais, integrada num mar de gente, em ambiente de festa e celebração: “Nada como ser-se filho de uma revolução para se ficar acompanhado para sempre por uma multidão entre a alegria e a fúria”⁹¹. Várias vezes visitou os “portais sagrados”, fez “romagens cíclicas junto dos portões com buracos feitos por balas”⁹² e observou os braços das árvores onde os populares terão assistido à queda da ditadura.

Sem a experiência de ter feito parte desse passado histórico, os outros dois jovens da equipa vão assumir perspectivas totalmente distintas perante as personagens com quem se deparam e as memórias do passado que estas transportam. Margarita Lota é a entusiasta absoluta, a face luminosa, gloriosa e idealista de Ana Maria. Inveja as suas vivências históricas e olha as figuras e os acontecimentos do passado com um olhar deslumbrado. A certa altura é ela que interpela Ana Maria sobre as suas experiências, como se dessa forma lhe fosse possível partilhar algumas das suas vivências. O contacto com as personagens da Revolução fá-la chegar à conclusão de que só essa geração, anterior à sua, teve a paixão e o heroísmo que ela quer reconhecer no pai dos seus filhos. O encontro com essas personagens e a evocação de um passado mítico de que não fez parte fazem-lhe sentir o vazio da sua geração, o sentimento de ter sido excluída de algo maravilhoso:

A sua ideia era que não compreendia como podia ter vivido vinte e nove anos sem saber que aqueles homens existiam, e agora tinha a sensação de que alguma coisa acontecia tarde, e não sabia o que era, e sentia dor e náusea pela sua vida, e não sabia explicar porquê. [...] Faltava-lhe alguma coisa mais do que grande, absoluta e total⁹³.

Em oposição, o terceiro jovem, Miguel Ângelo, tem uma atitude de grande ceticismo em relação aos entrevistados e aos eventos evocados: “Sempre fora um analítico”. Tanto essas personagens como os acontecimentos a que estão ligadas estão ancorados numa realidade demasiado distante para lhe provocar entusiasmo e, na sua ótica, estas figuras vindas do passado são ridículas, quixotescas, totalmente desenquadradas da realidade. Executa o trabalho com distanciamento crítico e, irritado com o deslumbramento de Mar-

⁹¹ *Idem, Ibidem*, p. 261.

⁹² *Ibidem*, p. 65.

⁹³ *Ibidem*, p. 223.

garida na redescoberta da canção que deu o sinal definitivo para a saída das colunas militares, recusa-se a ouvir mais “a canção da árvore das bolotas, a grande mistificação”⁹⁴.

Para Ana Maria, no reencontro com os espaços da Lisboa da sua juventude começa o processo de reconciliação com o passado de que tinha fugido anos antes: “Uma alegria inexplicável empurrava-me Avenida da Liberdade abaixo, e passando sob as árvores, eu tinha a sensação de que fazia um encontro com alguma coisa gémea que injustamente, durante anos, havia evitado”⁹⁵. Contudo, ela precisará de lidar com cuidado e paciência com esse passado só aparentemente imutável, tendo de confrontar-se com o olhar de desencanto e desânimo dos protagonistas da Revolução e com as acusações de seu pai de vir lançar um olhar maligno sobre algo que foi belo e puro. Ela que só quer ver sangue e morte em tudo que a rodeia, e não foi contemporânea deles, não pode salvaguardar a beleza e a pureza das experiências vividas. António Machado acusa-a de desrespeito e de vir regalar-se com a decadência, sem conseguir entender nessas figuras da sua geração o encanto que já tiveram.

Um elemento que pode fornecer um contributo fundamental para a compreensão das atitudes políticas, individuais e coletivas de uma determinada faixa etária e as diferentes perspetivas sobre uma mesma realidade histórica é o designado “efeito geracional”. O conceito de geração, mais do que puramente biológico e mental, é um fenómeno eminentemente social. Situado na fronteira entre os fenómenos literário e histórico-social, é também o resultado da interseção da história nacional e pessoal, e implica situar um grupo humano num tempo e num espaço histórico comuns, que os predispõem a uma forma própria de pensamento e experiência e a um tipo específico de ação histórica, política e culturalmente relevante. O sociólogo Karl Mannheim, que se debruçou sobre a sociologia das gerações⁹⁶, assinala ainda a existência de “unidades geracionais” dentro da mesmas gerações: grupos concretos que extraem conclusões específicas das suas vivências partilhadas e que, por isso, têm “um destino comum”. Estas unidades geracionais podem ter-se formado pela partilha de acontecimentos que, por razões de formação, posição social, económica ou

⁹⁴ *Ibidem*, p. 172.

⁹⁵ *Ibidem*, p. 71.

⁹⁶ Karl Mannheim ([1952] 1972), *Essay*, edited by Ernst Mannheim and Paul Kecskemeti. (Routledge, Londres, pp. 276-322.

profissional do grupo, os tenham afetado especialmente, servindo de elemento aglutinador⁹⁷.

Howard Schuman e Jacqueline Scott (1989)⁹⁸ assinalam que as memórias de acontecimentos políticos e mudanças sociais importantes estão estruturados por idades, apontando a adolescência e primeira idade adulta como decisivas na criação de um determinado caráter geracional. Os primeiros acontecimentos políticos e sociais terão uma importância fundamental na modelação do indivíduo, sendo fundamental tentar compreender o significado de determinados acontecimentos para indivíduos e grupos sociais, dado que o significado subjetivo é um elemento crucial na tradução dessas experiências em ações futuras.

O confronto de gerações assume em *Os Memoráveis* um significado particular, pelo contraste, não só entre as distintas gerações que se interpelam, mas também pelas diferentes perspetivas assumidas pelos jovens da geração contemporânea. São eles que vão reunir os despojos de um momento de exceção e que, como Margarida Lota, vão estar em confronto com a sua própria geração, que ela considera vazia e sem heroísmo. Na obra é fácil reconhecer o comprometimento ético da autora em fazer perdurar a memória de um momento particular da nossa história, que insiste em partilhar com as gerações mais jovens, e a afinidade com o ideário do Movimento dos Capitães. Contrariamente ao que encontramos em *Novembro* predomina aqui um léxico de tom laudatório, que acentua o ambiente de exaltação, festa e apoteose dos dias da Revolução. Como já foi referido, é o próprio embaixador americano que, em primeiro lugar, salienta a necessidade de fazer perdurar aqueles momentos gloriosos em que “[...] existe uma pausa na incessante selvajaria humana” e “[...] o anjo amigo da humanidade mostra a sua face”⁹⁹. E é também a própria autora que afirma:

Elas [as personagens] são o reflexo do meu olhar. Há uma coincidência, há uma simpatia com todas elas. Se elas são quixotescas, é porque eu também sou, se elas são grotescas, é porque eu também sou, se elas são desconstruídas da realidade, é porque eu também sou¹⁰⁰.

⁹⁷ *Idem, Ibidem.*

⁹⁸ Howard Schuman e Jacqueline Scott (1989), “Generations and collective memories”, in *American Sociological Review*, American Sociological Association, Vol. 54, nº 3 (junho de 1989), pp. 359-381.

⁹⁹ Lídia Jorge (2014), *Op. Cit.* p. 24.

¹⁰⁰ <http://jpn.up.pt/2014/04/24/lidia-jorge-criar-em-torno-da-realidade-uma-outra-realidade-foi-isso-que-eu-procurei-fazer/Univ. Porto Ciências da Comunicação>. Consultado em 23/04/2015.

No romance *Las leyes de la frontera*, da autoria de Javier Cercas, confrontamo-nos mais uma vez com o interesse em situar uma narrativa ficcional num momento histórico determinante. Os acontecimentos passam-se em Gerona, Espanha, no verão de 1978, quando o país ainda não tinha saído do franquismo e não tinha entrado definitivamente na democracia, como nos conta a personagem Inácio Cañas:

Principios de verano del 78. Aquella era una época extraña. O yo la recuerdo así. Hacía três años que Franco había muerto, pero el país continuaba gobernandose por leyes franquistas y oliendo exactamente a lo mismo que olía el franquismo: a mierda¹⁰¹.

É importante entender que os acontecimentos marcantes da juventude das personagens são evocados a uma distância de três décadas e, através das suas memórias (de notar a frequência da forma verbal “recuerdo”), seguimos os vários fios narrativos que nos fornecem as perspetivas de cada um sobre os acontecimentos passados. O efeito transfigurador da memória apresenta-os sob uma nova luz e, na mente das personagens, torna-se indistinta a fronteira entre realidade, o sonho e a ficção. A certa altura, as próprias personagens confessam a fragilidade das suas memórias: “Com lo de Batista me passa como en las cosas de aquella época: no es como si las hubiera vivido sino soñado.”¹⁰² A maturidade e o efeito distanciado do presente tentam, por vezes, as personagens a querer corrigir a perspetiva passada e a desfazer os equívocos do seu olhar de adolescente: “En realidade, esa es una de las razones por las que acepté hablar con usted: para que termine con las patrañas y diga la verdade sobre él, pero quizá el primero en idealizarlo fuera yo. Puede ser”¹⁰³.

Em *Las leyes de la frontera*, a Espanha que as memórias desvendam é um país desenvolvido mas ainda com bolsas de miséria, próprias do sistema capitalista da Espanha franquista que pretendia ombrear com os seus congéneres europeus. A cidade de Gerona, escura e clerical, movia-se ainda numa atmosfera do pós guerra e estava rodeada de bairros provisórios onde os *charnegos* – imigrantes na Catalunha, originários de outras regiões espanholas – se amontoavam em barracões de madeira, na miséria total. Evocando o dia da chegada à cidade, em 1974, o agente da polícia entrevistado pelo jornalista salienta as sensações de obscuridade, humidade, sujidade e solidão, total e absoluta, provocadas pela cidade.

¹⁰¹ Javier Cercas (2012), *Las Leyes de la Frontera*, Mondatori, Barcelona, p. 15.

¹⁰² *Idem, Ibidem* pp. 15-16.

¹⁰³ *Idem, Ibidem*, p. 75.

Foi depois de ter visitado, em Barcelona, uma exposição sobre o fenómeno dos jovens delinquentes nos finais da década de 1970 e toda a década de 1980 que o autor, Javier Cercas se apercebeu que também poderia ter sido um deles¹⁰⁴. Tratava-se de bandos de jovens pobres, sem educação nem esperança, que traficavam e roubavam, numa espiral de violência e autodestruição que, em alguns casos, acabou por transformá-los em mitos populares. Foi a partilha dessas vivências, que ele traduz na personagem Gafitas, e na constatação da existência de fronteiras físicas e simbólicas na cidade da sua juventude, que está na base da construção deste romance.

III.2. O literário e o histórico

Considerámos já que os campos histórico, social, artístico e literário são indissociáveis quando se pretende representar e interpretar as mudanças na sociedade, na cultura, na economia e no sistema político. A utilidade do campo literário para entender essas mudanças será maior se não for entendido apenas como um efeito ou reflexo de determinantes exteriores mas, sobretudo, como um campo autónomo que recria e transforma as realidades sociais em que intervém. Além disso, é na combinação dos processos interpretativos dos vários campos do conhecimento que se torna mais provável um correto entendimento das dinâmicas sociais e históricas.

Na problemática do relacionamento dos vários campos de conhecimento surge a questão da representação da verdade, dirimida entre o discurso histórico e a narrativa ficcional. A este propósito Manuel Longares explica que ao romance devemos exigir *verosimilhança* e não propriamente *veracidade*, visto que a fidelidade ao modelo não é um atributo literário. Acrescenta ainda que o romance nasce da imaginação do romancista, e o que corresponde ao mundo da literatura é a quimera e a fantasia através das quais o mundo criado assume maior atrativo do que aquele que lhe serve de referência¹⁰⁵.

De notar a circunstância de, nas quatro narrativas agora em análise, os autores inscreverem as suas personagens e ficções num contexto histórico determinante, de mudanças sociais e políticas e, particularmente, de as fazer participar nesse ambiente político. Ao estabelecer relações entre uma história fictícia e um contexto real bem delimitado, criam-se cenários e situações vividas ou facilmente reconhecíveis pelo leitor, pelo que a história

¹⁰⁴ José Riço Direitinho, “Sem ambiguidade não há literatura”, *Ípsilon. Público*. 4/07/2014, pp.14-15.

¹⁰⁵ Manuel Longares, (2001) *Romanticism*, Santillana, Madrid, pp. 3-5.

surge como pano de fundo verosímil para as ações das personagens que fazem a história, ou que estão intimamente ligadas com ela. Sobre um pano de fundo de um momento político determinante, as movimentações das personagens assumem um carácter simbólico, sendo possível situá-las nas várias posições do espectro político e acompanhar as suas movimentações à medida que alternam no poder as forças políticas.

Em ensaio publicado em *Para um leitor ignorado, Ensaios sobre a ficção de Lídia Jorge*, a autora afirma o compromisso da sua escrita com a realidade direta do social e do presente e com as circunstâncias da geração a que pertence: assume-a como testemunho dos factos e elege o coletivo como um sujeito tão transversal à sua obra que, por vezes, se impregna na forma e molda as estruturas da ação. Mais à frente explica a génese da sua escrita: tudo começa com o aparecimento da imagem de uma ou várias figuras, ainda mergulhadas na sombra, de onde emergem formas, cores e vozes numa dinâmica de tensão e encantamento, de vontades que se digladiam para se fazerem ouvir:

[...] existem figuras que têm o charme de surgir do nada para falarem do mundo misterioso que plana fora da realidade, para de longe a iluminarem numa outra forma e lhe darem o sentido de que carece como nos sonhos mas essas figuras têm os pés mergulhados no real[...]¹⁰⁶.

É essa a génese de *Os Memoráveis*. Uma fotografia, tirada em agosto de 1975 no restaurante *Memories* – um nome sugestivo – é o eixo a partir do qual se estrutura a narrativa. Em 2004, uma jornalista portuguesa ao serviço da CBS, é convidada pelo embaixador norte-americano em Portugal no período revolucionário para fazer um documentário sobre a Revolução dos Cravos, a integrar a série “A História Acordada”, com que a estação pretende evocar as grandes mudanças sociais de vários países na segunda metade do século XX. Segundo o embaixador, em nenhum país aconteceu algo tão puro e esplendoroso, e Ana Maria é instigada a vir “recolher o resto da metralha de flores que ainda existe entalada entre as pedras da calçada de Lisboa”¹⁰⁷. A partir da fotografia que retira do escritório do pai, Ana Maria e os colegas de equipa iniciam a sua investigação do processo histórico desencadeado pelo movimento militar. Dela constam El Campeador, Charlie 8,

¹⁰⁶ Lídia Jorge, “Para um destinatário ignorado”, in *Para um leitor ignorado, Ensaios sobre a ficção de Lídia Jorge*, (2009), org. Paula Paula Ferreira, Texto, Lisboa.

¹⁰⁷ Lídia Jorge (2014) *Op. Cit.* p. 14.

o Oficial de Bronze, António Machado e Rosie Honoré (pais de Ana Maria), Salamida, três militares barbudos, o cozinheiro Nunes, os poetas Ingrid e Francisco Pontais, Umbela, e o fotógrafo Tião Nunes, identificados no verso por alcunhas atribuídas por Rosie Honoré. É a própria autora que esclarece o processo de construção das suas personagens:

A ficção é uma disciplina que, partindo de factos irreais, pretende tocar a verdade, aproximar-se o mais possível da verdade dos factos. É um caminho surpreendente porque é o contrário da história. O facto de ter escondido as personagens históricas sob essas alcunhas significa que eu pretendi poetizar essas figuras e a poetização é uma distância: envolve criar em torno da realidade uma outra realidade¹⁰⁸.

São os rostos e as vozes destas figuras que, vindas do passado, emergem e conduzem os elementos da equipa da CBS (Margarida Lota, Miguel Ângelo e Ana Maria Machado “a Machadinha”, filha do jornalista António Machado) pelos meandros da evocação e da escrita de uma narrativa histórica, desse momento em que “uma entidade benéfica passa iluminando como um relâmpago a tenebrosa escuridão da Terra”¹⁰⁹.

À medida que vão acumulando os testemunhos dos protagonistas da Revolução, os jovens jornalistas constroem um documento múltiplo, não apenas das memórias de cada um mas também da sua perceção do momento presente. Mais uma vez se coloca a pertinência das opções implicadas na reconstituição do passado e da subjetividade inerente ao processo. Afinal, da diversidade de testemunhos recolhidos, há que seleccionar aqueles que vão perdurar para, de alguma maneira, corrigir a história e conferir a cada um o relevo merecido na épica que lhes assiste, enquanto atores de um momento determinante.

Como já mencionámos, é pertinente assinalar o facto de a iniciativa de fazer perdurar a memória da Revolução portuguesa ter partido de elementos exteriores. Por um lado, ela surge de figuras e de uma instituição estrangeiras – e ex-embaixador norte-americano em Portugal e a estação de televisão CBS, como se aos portugueses não interessasse abrir esse período da sua história recente. Por outro, são os jovens que, do futuro, e de uma perspetiva distante vão interpelar as memórias daqueles que viveram diretamente o período

¹⁰⁸ <http://jpn.up.pt/2014/04/24/lidia-jorge-criar-em-torno-da-realidade-uma-outra-realidade-foi-isso-que-eu-procurei-fazer/Univ. Porto, Ciências da Comunicação. Consultado em 23/04/2015.>

¹⁰⁹ Lídia Jorge (2014) *Op. Cit.* p. 31.

revolucionário. É, aliás, a personagem El Campeador que alerta para a necessidade de fazer ouvir no estrangeiro a sua voz e a dos seus companheiros, contrariando a tendência da historiografia portuguesa contemporânea, que ele acusa de construir uma versão falseada dos acontecimentos:

Porque a historiografia portuguesa, essa puta velha que só contempla quem mais lhe dá, prepara-se para fazer da minha pessoa e dos meus companheiros de insurreição, um estandarte de ignomínia. Se não nos impusermos, contando a verdade à BBC ou à CBS, como é do vosso caso, iremos passar à posteridade como um bando de idiotas, ou pior, como um grupo de canalhas¹¹⁰.

Estando o presente trabalho integrado na área dos estudos ibéricos comparados, é pertinente notar que o nome e o carácter deste protagonista da Revolução de 1974 remetem claramente para a figura histórica e lendária de Rodrigo Díaz de Vivar, *El Cid Campeador*, cavaleiro valente, leal e justo, cujas façanhas foram imortalizadas no poema de gesta *El cantar de mio Cid*.

Tal como em *Novembro*, também nesta narrativa a questão do Império assume um relevo particular. Quando entrevistada, a viúva de Charlie 8 denuncia a política de desprezo e silenciamento a que o seu marido foi sujeito, desterrado em locais anónimos ou nomeado carcereiro dos serviços prisionais. Por outro lado, no mesmo dia em que foram atribuídas pensões vitalícias por serviços distintos a antigos agentes da PIDE, foi negada a pensão a Charlie 8, talvez pelo perigo simbólico e subversivo que a sua figura representava para os burocratas do poder. É a esses mesmos que se ouve sussurrar a justificação para essa diferença de tratamento: “O conselheiro disse entre dentes. Sussurro. É que os primeiros defenderam o Império, enquanto aquele rapaz desfez o Império”¹¹¹. São estes burocratas que bem souberam adaptar-se às novas circunstâncias, “para viverem em ambos os lados e em todos os regimes. O meu marido tinha muita propriedade na linguagem, o meu marido chamava-lhes anfíbios”¹¹².

Apesar do muito que os separa, um aspeto une as duas gerações em confronto – a dos jovens jornalistas e a dos antigos revolucionários: numa determinada altura das suas vidas, todos eles viveram ou aspiraram a viver momentos de paixão, exaltação e idealismo,

¹¹⁰ *Idem, Ibidem*, p. 217.

¹¹¹ *Idem, Ibidem*, p. 254.

¹¹² *Idem, Ibidem*, p. 249.

ou sejam, todos se consideraram românticos. Na juventude, Ana Maria e os seus colegas sonhavam com a cobertura de momentos grandiosos, de grandes conflitos à escala mundial. Apenas Ana Maria o conseguiu, tendo os outros dois sido obrigados a recorrer à cobertura de casamentos e restantes eventos sociais. Quanto aos heróis de Abril, eles que viveram os momentos luminosos, de total exaltação, tiveram de gerir o romantismo desse momento no confronto com a banalidade do resto da sua vida:

Era muito claro que todos aqueles homens que acabávamos de entrevistar tinham em comum o facto de terem participado de um momento de excepção para o qual haviam canalizado as melhores energias da sua juventude [...]. Mas gerir esse momento romântico pela vida fora, de encontro à banalidade dos dias onde a paixão era um estorvo, e o idealismo um vício, implicara por certo o desencadear de cenas de luta previamente votadas à perda e à desilusão. Creio que os três o sabíamos muito bem, ainda que o expressássemos de forma diferente¹¹³.

Das personalidades presentes na fotografia que serve de ponto de partida para a inquirição do passado, são os poetas Ingrid e Francisco Pontais, que vivem afastados da sociedade e ao ritmo inverso do resto da humanidade, que revelam a capacidade de viver em harmonia, sem desencanto ou ressentimento. Vivendo de noite, num ambiente de introspeção, e expressando-se pela escrita, os poetas parecem ter a capacidade de perceber o que é impercetível ao olhar:

Era assim, quanto mais longe da mundanidade, melhor entendiam o mundo, quanto mais longe da movimentação política, melhor compreendiam os caminhos do poder. Quanto mais longe dos antigos amigos, melhor conheciam a inconstância dos sentimentos, e quanto mais afastados estavam das cidades concretas, melhor descreviam o amor pelas pátrias¹¹⁴.

Apesar do afastamento, nada lhes escapa do entendimento do passado e do presente e comprovam mais uma vez que, no confronto entre o discurso historiográfico e o literário, este último se assume como fundamental para a compreensão do mundo. Afinal, os poetas terão sido os primeiros a entender a grande decepção que se preparava a longo prazo para os

¹¹³ *Ibidem*, p. 188.

¹¹⁴ *Ibidem*, p. 285.

jovens revolucionários, como se pode perceber pela citação de um dos seus poemas: “*Um dia esses heróis serão esquecidos. Os seus nomes alinhados entre conchas e espinhas. Não-de constar de uns livros nunca lidos*”¹¹⁵.

Em claro contraste com a visão glorificante da Revolução de 1974 veiculada pelo romance de Lídia Jorge, *Novembro* narra a experiência dos que, do lado oposto, tentaram resistir à história, mesmo antecipando que o seu esforço seria inútil. É também a visão dos que entenderam que as nacionalizações trouxeram a ruína ao país e que a descolonização foi um ato criminoso de abandono puro e simples dos territórios e de aniquilação do Império.

O início da narrativa conduz-nos ao *Bunker*, a sede semi-clandestina de uma organização de direita nacionalista radical, onde Eduardo de Vasconcellos dirige a publicação *Ofensiva*. No local, decorado com a iconografia fascista, escuta-se música de Wagner e partilham-se as simpatias políticas. Alexandre Veloso, um intelectual tímido é o ideólogo do grupo, o estratega, militante de uma direita radical revolucionária que se demarca das políticas governamentais, marcelistas, salazaristas ou liberais, assumindo o compromisso de integrar África e desenvolver o País. Na sequência do Golpe de Estado de 1974, o banqueiro Henrique de Vasconcellos, com experiência governamental e académica e ligações à direita europeia, confia-lhe a tarefa de organizar a resistência armada ao avanço da revolução.

O susto das enormes manifestações e festas populares do 1.º de Maio desse ano reforça a medo da ameaça comunista e a visão apocalítica das ocupações populares das organizações do Estado Novo. Com alguma ironia, percebemos as cautelas do novo poder para não alarmar os capitalistas e as referências às movimentações sociais e políticas da época são carregadas de tons negativos. Seguem-se a caça aos inimigos da Revolução, as ocupações e as tomadas de poder dos novos órgãos de gestão revolucionária. O sarcasmo corrosivo do narrador regista os saneamentos, as purgas políticas e a tomada de posse da nova administração do Banco Fonseca Magalhães, imposta pelo MFA, embora não deixe de notar alguma moderação com que o representante do Partido Socialista procura lidar com a situação.

¹¹⁵ *Ibidem*, p. 283.

A iminência de serem presas pelo COPCON leva várias individualidades afetadas ao antigo regime a refugiarem-se em Madrid, que lhes proporciona bom acolhimento e proteção, enquanto preparam a reação ao avanço revolucionário. Nesta cidade, a conspiração é promovida entre luxuosos hotéis e belos restaurantes do bairro de Salamanca, onde se alojam os militantes endinheirados do MDLP e do ELP, enquanto outros, menos endinheirados, se contentam com pensões da área da Gran Vía. Enquanto os homens decidem o destino da nação, as senhoras atualizam as compras no comércio de luxo da capital espanhola.

Neste país, os refugiados da revolução portuguesa encontram um ambiente tranquilo, acompanham a celebração do Dia da Raça, em 12 de setembro, e entendem que, após ter preparado o seu esquema sucessório, Franco, embora agonizante, ainda detém o poder. No olhar da matriarca da família, Dona Olga de Magalhães, percebemos o distanciamento irónico com que, por parte desta família da alta burguesia, se aprecia a situação dos dois países:

As notícias vinham respeitadoras, cheias de Excelências e de adjectivos pomposos, usando um tom épico para relatar coisas banais, inaugurações, audiências de ministros. Era uma *reprise* do Portugal que acabara há um ano. Sempre achara o género ridículo, mas teve alguma nostalgia. Depois da gritaria desgredada do PREC aquele respeito era um alívio¹¹⁶.

Como já fizemos referência, em *Romanticismo* identificamos uma narrativa ficcional que se desenrola ao ritmo dos acontecimentos marcantes da segunda metade do século XX, em Espanha, com relevo para o final do regime franquista e os primeiros anos do regime democrático. Num processo que podemos também reconhecer em obras de Manuel V. Montalbán, Juan Marsé ou Eduardo Mendoza, identificamos nesta obra o recurso frequente à ironia, não só como processo de conhecimento das personagens e evocação da matéria histórica, mas também de distanciamento entre narração e narrado. O autor não esconde o comprometimento com uma determinada perspectiva narrativa, de entendimento da literatura como instrumento de recuperação da memória, sobretudo da memória dos vencidos, e a simpatia por um ponto de vista liberal e reformador. Assume uma distância severa quando desmascara as aparências ou dissecar os mecanismos do poder ou da classe dominante; torna-se mais compassivo e complacente, talvez mesmo solidário, quando expõe as expectativas e os desencantos dos deserdados.

¹¹⁶ Jaime Nogueira Pinto (2012) *Op. Cit.* p. 451.

Em *Romanticismo* encontramos uma clara intenção paródica, no título e nos conteúdos, no que se pode chamar de aspiração ao impossível de uma sociedade que, em determinada época histórica, acreditou que tudo era possível¹¹⁷. Linda Hutcheon explica que a paródia consiste na imitação com distância crítica, cujo potencial hermenêutico se prende com a ativação de determinados processos cognitivos, de forma a que o leitor possa descodificar as referências introduzidas com essa finalidade¹¹⁸. Em entrevista ao jornal *El País*¹¹⁹, sobre este romance, o autor Manuel Longares atribui a atitude idealista dos que não pertenciam à burguesia endinheirada do bairro de Salamanca à crença de que, sob o impulso de determinados acontecimento políticos, tudo lhes estava permitido e que poderiam chegar a ser “deuses”. Já uma das personagens, viúva prematura e senhora de amplos rendimentos, julga identificar na filha o idealismo inútil que lamentava no marido: “Has salido tan romántica como tu padre. Encantadora pero inútil”¹²⁰. Também Pía Arce, já adulta, quando a sua filha decide ir pedir esmola para ajudar os pobrezinhos, reage à sugestão do marido de que Virucha poderia sofrer de simpatias “vermelhas”: “Mi nena de rogelia nada – a Pía le subió la sangre al cerebro-. Es romántica como mi padre”¹²¹.

Por outro lado, a perceção do romantismo como atitude humanista, em linha com as ânsias de uma transformação social em benefício da justiça, fica a cargo de um determinado grupo social, os *rogelios*, neologismo pejorativo utilizado aqui pela burguesia franquista. Animados pela vitória do seu partido (o PSOE) em 1982, acreditam na possibilidade de uma real transformação social para, no final, serem obrigados a recuperar a lucidez e abandonar os ideais.

Para o seu retrato literário da cidade de Madrid, Manuel Longares assume afinidades com Pérez Galdós, Garcia Hortelano ou Juan Eduardo Zuñiga, e, em particular, com *La Colmena* de Camilo Jose Cela. Este romance desenvolve-se também em Madrid e dá conta de um espaço povoado por um sem número de personagens acomodadas, mais ou menos medíocres, representadas em variados contextos e situações. Assoberbadas por pre-

¹¹⁷ É de salientar que, para a maioria das personagens de *Os Memoráveis* e *Romanticismo*, o conceito de “romantismo” surge apenas associado ao idealismo, à paixão e à dificuldade de adaptação às vicissitudes da realidade. Neste sentido, afasta-se dos ideais histórico-literários do movimento dos séculos XVIII e XIX, de pendor individualista e criativo, da defesa das virtudes da liberdade e do combate pelos ideais de transformação social advogados pelo liberalismo político.

¹¹⁸ Linda Hutcheon (1985), *A Theory of Parody*, University of Illinois Press, Chicago.

¹¹⁹ Fietta Jarque, “Entrevista a Manuel Longares, http://elpais.com/diario/2001/01/19/cultura/979858804_850215.html, consultado em 30/03/2015.

¹²⁰ Manuel Longares (2001), *Op. Cit.* p. 55.

¹²¹ *Idem, Ibidem*, p. 341.

ocupações mezinhas de dinheiro, comida, religião, sexo e memórias da Guerra Civil, nota-se nestas personagens o conformismo de uma vida precária, sob o constante espectro da pobreza, do autoritarismo ou da solidão. Num espaço labiríntico e claustrofóbico, escuta-se o pulsar de uma sociedade violenta e alienada, a dos vencidos e os deserdados que caminham pelas ruas, entram e saem dos edifícios, vivem, morrem, enfim: “[...] un torrente, o una colmena de gentes que a veces son felices, y a veces, no”¹²². Nem faltam as referências ao mundo privilegiado do Bairro de Salamanca, de *Romanticismo*, quando uma das personagens percorre de metro a cidade, a altas horas da noite:

Nosotros vamos corriendo por debajo de todos los que están sentados en el retrete.
Colón: muy bien; duques, notários y algun carabineiro de la Casa de la Moneda
[...] Serrano: senhoritos y señoritas [...] Vélazquez: más señoritas: dá gusto. Éste es un metro muy fino¹²³.

Romanticismo inicia-se com o rumor da iminência da morte de Franco que varre a cidade com a violência de um cataclismo que está prestes a abater-se sobre a comunidade franquista do bairro. Até agora, tudo corria com a regularidade de um relógio, entre as compras no comércio de luxo, férias de três meses em San Rafael e o convívio no Bar *Balmoral*, reduto de franquistas, falangistas e todos os nostálgicos do esplendor franquista. Os habitantes assistem com profunda apreensão ao risco de descalabro da única forma de vida que conheceram durante décadas, entrincheirados atrás dos muros do bairro burguês que garantem a separação física e simbólica da outra Espanha, a dos vencidos e deserdados:

Lejos de esas paredes que sirvieron de paredones de fuzilamento a los caídos de la revolución cautiva e desarmada, los desahuciados por el Caudillo se hacinaban en cárceles y reformatórios, engrosaban las colas del racionamento o construían en los desmontes de Cuelgamuros el catafalco de los vencedores de la guerra.¹²⁴

Deste reduto urbano, o *cogollito*, e com o receio de uma revolta popular após a morte de Franco, acompanhamos as excursões noturnas dos grupos falangistas pelas periferias, para punir os “vermelhos”, os *rogelios*. Por seu lado, nos intervalos dos seus compromissos

¹²² Camilo José Cela (2001), *La Colmena*, Ed. Castalia. Madrid, pp. 232-233.

¹²³ *Idem, Ibidem*.

¹²⁴ Manuel Longares (2001) *Op. Cit.* p. 79.

sociais e familiares, as jovens de boas famílias deslocam-se também à periferia, mas para exercer a caridade. O narrador enfatiza a sua distinção, acentuada pelo ambiente sórdido em que a custo suportam os inconvenientes do contacto com a sujidade e a miséria.

A duração da agonia de Franco, que se prolonga por toda a primeira parte do romance, assume contornos quase grotescos, opção justificada pelo autor nos seguintes termos:

[...] en su día se decía que a Franco no importaba cortarle las piernas o los brazos con tal de que conservase algo de poder. Con un muñón del Caudillo todavía podías dictar decretos leyes y fusilar a terroristas. Mientras hubiera, no ya un hálito de vida, sino un muñón, ya era suficiente para mantener el Régimen¹²⁵.

Com a morte do ditador, são evidentes o desalento e as preocupações da alta burguesia improdutiva, agarrada ao peso inútil do seu passado e preocupada pelo futuro do seu património. Porém, rapidamente acaba por entender que, para garantir a existência, precisa abrir o seu reduto aos riscos da liberdade e da democracia, embora persista em manter os ritos e as formas sociais que configuram a sua identidade.

Na segunda parte da obra mantém-se a opção de enlaçar a história recente de Espanha com o percurso das personagens. A ação ainda se circunscreve ao Bairro de Salamanca, o *cogollito*, e às férias de três meses, entre o *chalet* de San Rafael e a praia de La Concha, sempre com o conforto da criadagem. Após a morte de Franco, o início do relacionamento entre Arce e Monjardín (em campos opostos no espectro político) ocorre ao mesmo tempo que rebenta em Madrid uma bomba da ETA, marcando o início do clima de violência terrorista e policial dos primeiros meses de 1976. Quando é legalizado em Espanha o PCE, uma sobrinha da cozinheira dos Arce, casada com um militante comunista vem buscá-la, abrindo assim caminho à entrada no domicílio familiar da cozinheira *rogelia* Bea. A saída da cozinheira que tinha servido fielmente a família durante décadas representa a necessidade de contratar pessoal, obrigando-a a abrir as portas aos populares que, cientes dos novos direitos que lhes assistem, não só se recusam a usar a entrada de serviço do prédio, como se permitem o uso de uma linguagem desbragada e a troçar das tarefas que lhes são exigidas.

¹²⁵ Emma Rodríguez (2013) “Entrevista a Manuel Longares”, <http://lecturassumergidas.com/2013/11/23/manuel-longares-madrid-es-la-ciudad-que-aguanta-todo-la-percha-de-los-golpes4/>, consultado em 22/03/2015.

Os inconvenientes da nova era democrática perturbam episodicamente os rituais que garantiam a velha ordem. Um concerto no Parque do Retiro, que fazia parte da tradição dominical, é interrompido ruidosamente por manifestantes socialistas em campanha eleitoral, pelo aluvião da democracia. No fim de 1977 são assinados os Pactos de la Moncloa, a vida da burguesia franquista retoma o ritmo de sempre e as crónicas de Cathy Labaig continuam a dar conta dos eventos sociais. Na cena política, convivem discursos revolucionários com as manifestações da velha ordem. Por seu lado, o falangista Javo Chicheri, que durante a ditadura empreendia excursões punitivas pelas periferias para caçar *rogelios* e previra um banho de sangue na sequência da morte de Franco, vai sucessivamente adiando a sua fuga anunciada para a América Latina. As velhas rotinas são retomadas e o bar *Balmoral*, continua a reunir elite franquista, de fascistas, nacionalistas e falangistas que discute abertamente a melhor estratégia de lucrar com a nova conjuntura, ostentando orgulhosamente a sua herança franquista: “[...] Javo Chicherri salía de Balmoral murmurando canciones fascistas con el brazo empinado por la hermosura del entardecer¹²⁶. Também os habitantes do bairro de Salamanca veem garantida a permanência das velhas rotinas que os poupam ao contacto com as massas populares: “En el cogollito la normalidade se expressaba mediante el automóvil conducido por el dueño o por el chófer y ni a los más extravagantes se les hubiera ocurrido el transporte colectivo”¹²⁷.

O início da terceira parte é assinalado pela retumbante vitória do PSOE nas eleições gerais de 1982 e acompanha o percurso da burguesia madrilenha sob os governos socialistas. Na nova Espanha, alguma da elite franquista descobre uma inesperada vocação social e até uns ímpetus socialistas. O marido de Pía Arce, José Luís, que vive de rendimentos do património herdado e acompanhava os amigos falangistas nas excursões pelas periferias à caça de “vermelhos”, tem o privilégio histórico de se tornar o primeiro socialista do bairro de Salamanca. A sua mulher, Pía, talvez sob o impulso de uma vaga ligação sentimental com o socialista Monjardín, esquece a marca de classe de horror aos *vermelhos* e confessa, numa conversa com este:

Siempre fui un poco rogelia, lo reconozco.

[...] Porque sempre te sacrificaste por los pobres.

– Siempre – admitió Pía¹²⁸.

¹²⁶ Manuel Longares (2001) *Op. Cit.* p. 309.

¹²⁷ *Idem, Ibidem*, p. 319.

¹²⁸ *Ibidem*, p. 355.

Aproveitando as novas circunstâncias históricas, marcadas pela vitória socialista, há quem acredite na possibilidade de contornar a hierarquia social. O contabilista Panizo, que, como o seu pai, gere as fortunas dos ricos ociosos do bairro, julga ter chegado a hora de deixar de servir os velhos senhores e pôr as suas competências ao serviço da nova democracia. Afinal, acaba por não conseguir os apoios que acreditava ter, vendo-se numa situação de dificuldades económicas, e nem a vitória do seu partido nas eleições o consegue animar: “Es la depresión posterior a la euforia. Pero no hemos ganado”¹²⁹.

O romance conclui-se numa atmosfera de desencanto, com a chegada ao poder do Partido Popular, em 1996, os herdeiros de Franco já reinstalados nas suas posições de privilégio e os ideais revolucionários definitivamente liquidados. É o que conclui o socialista Monjardín, filho de um juiz vítima da perseguição franquista: “No no sentarán a su mesa ni tolerarán que sus hijos se casen com los nuestros. Cada cual está en su trinchera, en eso no han cambiado mucho las cosas”¹³⁰. Afinal, os muros do *cogollito* (o bairro de Salamanca) mantiveram-se inexpugnáveis, nada realmente mudou, porque, apesar dos terremotos políticos, a classe dirigente revelou uma notável capacidade de adaptação a cada nova situação sem perder os privilégios. A velha ordem foi apenas episodicamente beliscada e, mais uma vez, a classe dirigente, soube obter dos desfavorecidos aquilo de que precisava para se perpetuar no poder, sem que estes pudessem, em algum momento, perturbar a estrutura da oligarquia. “Tienen la razón del dinero y del poder y nos utilizan para su grandeza. Pero somos también su debilidad y en un momento de romanticismo se pierden”¹³¹. Afinal, através da ficção prova-se que as reformas sociais resultantes de momentos revolucionários são efémeras e aparentes, já que o poder económico se mantém nas mesmas mãos, de geração em geração, “Maldito sea el romanticismo”¹³². Mais do que uma vez, o desencanto palpável em toda a narrativa e a determinação das classes dirigentes em conduzir as transformações políticas e sociais, por forma a eternizarem-se num patamar de poder, faz ecoar explicitamente o espírito da frase do romance *O Leopardo*, de G. Tomasi de Lampedusa, “Se queremos que tudo continue como está, é preciso mudar tudo”¹³³.

¹²⁹ *Ibidem*, p. 429.

¹³⁰ *Ibidem*, p. 509.

¹³¹ *Ibidem*, p. 509

¹³² *Ibidem*, p. 508

¹³³ Giovanni Tomasi di Lampedusa ([1958] 2000), *O Leopardo*, Abril/Controljornal, Lisboa, p. 24

No ensaio em forma de posfácio ao romance, “Los motores de una novela, *Romanticismo*”, Manuel Longares explica que, mantendo em consideração a distinção entre ricos e pobres, há um momento em que ambos decidem sair dos respetivos redutos e estabelecer relações entre si. Isso acontece nos anos de transição para a democracia, mas não acontece apenas por curiosidade, antes por algo mais pessoal: para os ricos não perderem o seu bem estar nem os pobres a utopia, os ricos procuram fazer-se estimar pelos pobres e estes tentam suscitar a consideração dos ricos¹³⁴.

Como já fizemos referência, em *Las leyes de la frontera*, um jornalista é encarregado de escrever um livro sobre el *El Zarco*, um famoso delinquente dos anos 80, já falecido. Estamos em 2008 e, para se documentar, vai entrevistar os que o conheceram. A narrativa centra-se nas relações entre três personagens: o protagonista Gafitas, um jovem estudante da classe média (mais tarde, um advogado de sucesso e, respeitável membro da burguesia de Gerona, que se consolidará ao longo dos anos da Transição), *El Zarco*, o chefe do grupo de delinquentes a que se junta Gafitas, e Tere, uma rapariga misteriosa e bonita, que o seduz e atrai. A narrativa tem início no verão de 1978, no começo da transição para a democracia, e prolonga-se pelas décadas seguintes, até à atualidade.

A circunstância de a escrita de um livro estar na base da investigação pessoal histórica, conduz, mais uma vez, ao questionamento da literatura como forma de inquirição do passado e registo das vivências pessoais e transformações políticas e sociais. É com o pretexto de partilharem as suas versões do sucedido que as personagens são conduzidas a reviver as experiências de três décadas antes, num contraponto permanente entre presente e passado. Também aqui são abordadas as relações entre ficção e realidade, quando se afirma: “[...] yo soy de los que piensan que la ficción supera a la realidad pero la realidad siempre es más rica que la ficción”¹³⁵. Ao mesmo tempo, podemos ainda considerar que estamos perante uma narrativa metaficcional, como descrita por Linda Hutcheon, enquanto obra que narra os factos, ao mesmo tempo que se debruça sobre as vicissitudes e os procedimentos da construção da escrita:

[...] uno no escribe los libros que quiere, sino los que puede o los que encuentra, y el libro que yo he encontrado es esse y nos esse.
– Que quiere Usted decir?

¹³⁴ Manuel Longares (2001) *Op. Cit.*s.p.

¹³⁵ Javier Cercas (2012), *Op. Cit.* p. 367.

– Aún no lo sé. Lo sabré cuando termine de escribirlo¹³⁶.

Gafitas, Inácio Cañas, é um adolescente também *charnego*, de classe média, vive a umas centenas de metros dos albergues, mas percebe a profunda estratificação social e a fronteira física, e também moral e simbólica que os separa. É uma fronteira invisível e porosa, que separa os bairros da classe média dos miseráveis albergues provisórios, os jovens bem comportados dos adolescentes da má vida, da falta de esperança, da geração que seguirá o rumo do delito, da droga e da prisão. Apesar da morte de Franco, ainda nada de significativo mudou a nível social, nesta parte da Espanha. São a corrupção económica e política que se mantêm, e o poder dos que se mantiveram à sombra do Franquismo com um relativo bem-estar e que acabam por empurrar os perdedores para a marginalidade. É o caso de Batista, filho de uma individualidade local, símbolo de uma classe social dominante que se vê ameaçada, e atormenta Cañas, até empurrá-lo para o outro lado da sua própria fronteira, física e simbólica, para a marginalidade do *Barrio Chino*, o território da pequena delinquência, de imigrantes, ciganos e prostituição que se mantinha sob um olhar complacente da polícia. E, no entanto, é perceptível que, também nas práticas policiais, pouco terá mudado com a transição democrática, mantendo-se ainda a impunidade policial vigente na ditadura franquista:

Lo que quiero decir es que entonces todo era posible en una comisaría, no como ahora, aquella todavía era para nosotros una época de, cómo decirlo?, impunidad; no hay otra palabra: aunque Franco llevaba três años muerto, en comisaría lo que nos daba la gana, que era lo que siempre habíamos hecho¹³⁷.

As vozes das várias personagens constroem a atmosfera social e cultural do ambiente *vintage* dos salões de jogos, o ponto de encontro dos adolescentes da época, que introduz novas formas de ócio que começavam a generalizar-se no país, das discotecas com espelhos brilhantes, da música dos *Bee-Gees*, do ambiente *disco-sound* e dos imitadores de Tony Manero de *Febre de Sábado à Noite*.

Para a criação de uma das personagens, o marginal *El Zarco*, Cercas escolheu como modelo um delinquente famoso da época, *El Vaquilla* (1961-2003), cuja trajetória violenta

¹³⁶ *Idem, Ibidem*, p. 214.

¹³⁷ *Idem, Ibidem*, p. 150.

e marginal, que daria inspiração para diversos filmes e canções, se iniciou nos subúrbios de Barcelona, terminou com a morte na prisão, vítima de cirrose, e se assumiu como símbolo da geração perdida para a heroína¹³⁸. Na opinião do autor, a delinquência juvenil dessa época constitui o grande ponto negro da Transição e que não foi ainda devidamente investigado. Num contexto social de uma quantidade brutal de jovens desenraizados, sem educação nem trabalho, a heroína caiu como uma bomba, provocando aquilo a que já se chamou um “holocausto involuntário”. E acrescenta “la guerra de mi generación fue la heroína”¹³⁹. O misto de atração e repulsa que estas figuras personificavam – alimentados pelos meios de comunicação social – dever-se-ia, segundo Cercas, à representação do lado mais selvagem da Transição espanhola, por jovens que simbolizavam as esperanças e os medos que se viviam nesses anos, da incógnita que representava a passagem da ditadura para algo que todos desconheciam – a democracia – mas que permitia acreditar que tudo era possível.

Nas áreas marginais da Espanha que vai prosperando desde os anos 70, delinquentes audaciosos levam uma vida de ritmo acelerado, freneticamente, numa vingança contra a sociedade que os tenta com sinais de bem-estar (casas, televisões, carros) mas os mantém à margem dos meios legítimos para os obter. Vivem como se nada tivessem a perder e recorrem a todos os meios para obter o que desejam. É uma época de caos, desordem, delinquência juvenil generalizada – entre uma ditadura que não desaparece e uma democracia que não nasce.

Na época, tornou-se famoso também o caso de Eleuterio Sánchez Rodríguez, *El Lute*, cujas experiências de marginal inspiraram filmes e canções. Condenado por assalto à mão armada e homicídio, esteve preso entre 1965 e 1981, período em que aprendeu a ler e se licenciou em Direito. Libertado por indulto do Conselho de Ministros, sob o pretexto de ter sido vítima da legislação repressiva da ditadura, ganhou a simpatia de alguns círculos políticos e intelectuais e foi apresentado como um exemplo de sucesso da nova legislação penal que surgia como uma via de reeducar o delinquente para o reinserir na sociedade que se proclamava justa e democrática¹⁴⁰. Aliás, nesta altura, os prisioneiros de delito comum

¹³⁸ www.elmundo.es/elmundo/2003/12/19/, consultado em 12/03/2015.

¹³⁹ Carles Geli (2012), Javier Cercas: “La guerra de mi generación fue la heroína”, http://cultura.elpais.com/cultura/2012/09/25/actualidad/1348597510_736323.html, consultado em 04/01/2015.

¹⁴⁰ Almudena López, “Año nuevo en libertad”, http://politica.elpais.com/politica/2012/08/24/actualidad/1345821048_136766.html, consultado em 30/03/2015.

reivindicavam uma amnistia semelhante àquela de que tinham beneficiado os presos políticos, alegando que tinham sido vítimas de uma sociedade injusta e repressiva.

Entre várias penas de prisão, *El Zarco*, condenado por numerosas malfeitorias, era elevado ao estrelato e surgia lado a lado em revistas de sociedade e programas de televisão. Na nova democracia, todos queriam lucrar com a pretensa reabilitação deste preso, vítima de uma sociedade injusta que se pretendia agora renovada: “[...] la visión idealizada del *Zarco* que durante años habían propagado los médios, una visión según la cual el era un muchacho noble, valiente y generoso condenado por el azar de su nacimiento a una vida de delincuencia.” (Cercas: 233) ¹⁴¹ Por fim, assistimos à queda do mito *El Zarco*, símbolo de uma geração arruinada pela violência, a heroína e a SIDA, o lado mais sombrio de uma Transição falhada. Como assinala o autor:

[...]es natural que *El Zarco* se haya convertido en el forajido heroico que, para los periodistas y hasta alguns historiadores, encarna las ansias de libertad y las esperanzas frustradas de los años heroicos del cambio de la dictadura a la democracia en España. [...] el Lin Chung de la Transición¹⁴².

Nesta obra, seguimos a transformação urbana acelerada e conhecemos a prosperidade das décadas seguintes, sob os governos socialistas, do otimismo, do dinheiro fácil. Mas temos também uma nota mais negra e pessimista, o retrato das desigualdades sociais da Espanha contemporânea e da popularidade dos *reality-shows* de que a mulher de *El Zarco* se torna numa estrela inesperada. No final, à pergunta sobre a história poderia ter sido diferente, no que diz respeito ao destino de *El Zarco* e de outros na sua situação, o diretor da prisão responde “No lo sé”. É que o romance fala de pobreza daqueles que não conseguem atravessar a fronteira, dos que nascem e permanecem fora da História. Após décadas de bem-estar económico, a crise económica voltou a trazer para a atualidade dos espanhóis estas e outras questões importantes, como o autor faz questão de salientar:

Estas fronteras siempre han existido, lo que ocurre es que los años de bonanza y el optimismo consecuente hizo que las olvidáramos y comportarnos como si ya no existieran, pero

¹⁴¹ http://es.wikipedia.org/wiki/La_frontera_azul, consultado em 25/03/15.

¹⁴² Javier Cercas (2012) *Op. Cit.* p. 355

están ahí, siguen las leyes que regulan el paso de ese lado del río al de aquí. Por eso es bueno recordar siempre de dónde venimos¹⁴³.

Tal como nas outras obras analisadas, também em *Os Memoráveis* se comprova que na abordagem de factos históricos os escritores constroem uma segunda história, uma outra verdade sobre os grandes eventos, em que revisitação das memórias pessoais altera os factos, poetiza e transfigura as personagens. Com um guião de quatro perguntas: *Onde estavam? O que sentiram na altura? Que balanço fazem agora, passados trinta anos? Qual a melhor imagem que guardam de tudo o que aconteceu?* (Jorge: 2014, p. 68), Ana Maria e os restantes elementos da sua jovem equipa levam os protagonistas da Revolução a reconstituir a pureza e a ingenuidade de um momento assinalável da História, mas conhecem também a mesquinhez, a inveja e o egoísmo de que serão vítimas. Conhecemos assim a humilhação a que é sujeito “el Campeador” na Praia Grande, as perseguições a “Charlie 8”, o desaparecimento do acervo fotográfico de Tião Nunes e, sobretudo, e o afastamento de António Machado, cujas intervenções já não têm lugar no “jornalismo espetáculo”. “Todos estavam a pagar [...] e bem caro”¹⁴⁴. Este último, cujo nome nos traz à memória o poeta espanhol homónimo que lutou na Guerra Civil espanhola ao lado das tropas republicanas, desabafa o seu desencanto com a referência ao jornalista e poeta argelino Tahar Djaout, entretanto assassinado:

*Silêncio é morte
E tu, se te calas
Morres, e nós também
E se falas
Morres, e nós também
Então diz e morre.*

E acrescenta a sua própria conclusão: *E nós também*¹⁴⁵.

Contra o silêncio e o esquecimento, o Oficial de Bronze alerta para os riscos do ressentimento e da inveja e assume-se como guardião da memória coletiva daqueles que, tendo sido os verdadeiros autores dos atos decisivos, se iam transformando numa massa informe de soldados desconhecidos:

¹⁴³ Carles Geli (2012), *Op. Cit.*

¹⁴⁴ Lídia Jorge, *Op. Cit.* . p. 290.

¹⁴⁵ *Idem, Ibidem*, p. 58.

[...] jurei a mim próprio que trabalharia até ao fim dos meus dias para que todos e cada um sobrevivesse à passagem do tempo, transformando-os a todos em soldados assinalados e conhecidos. [...] quis que todos os participantes, um a um, fossem não só soldados identificados e conhecidos, mas sobretudo soldados reconhecidos pela nação. Cinco mil¹⁴⁶.

O romance termina com o argumento do primeiro documentário da série *A História Acordada* a ser transmitido pela CBS sobre a Revolução Portuguesa, da autoria de Ana Maria Machado. Esta, que finalmente parece ter encontrado uma forma de se reconciliar com o passado e, por extensão, com o seu país entende o argumento como uma mensagem de esperança, pelo que não deve conter “nenhum traço cómico e nenhum traço trágico”¹⁴⁷. Pretende recuperar a “metralha de flores” e os “intervalos luminosos”, numa narrativa lírica que apenas registe o que de memorável se pode projetar no futuro, pois compete à arte fazer aquilo que a história não pode fazer – salvar o mito e imortalizar a beleza.

Para além da evocação de um determinado período da história recente, a obra *Os Memoráveis* assume-se também como uma oportunidade de reflexão sobre o momento atual e um manifesto contra a letargia, a indiferença e mobilismo dos portugueses, quarenta anos após a Revolução dos Cravos. Com esta obra, a escritora assume a missão de resistir ao desmoronamento do sonho e de alertar para a destruição dos pilares que, no momento presente, minam os valores morais do convívio, da vida em democracia. É verdade que o processo de destruição dos ideais terá começado no próprio dia da Revolução. Como é narrado por El Campeador, após aquele momento glorioso momento inicial, em que cinco mil rapazes avançam para os pontos pré-determinados, no início da noite é já a semente da contenda e da desunião que vem manchar a luminosidade desse dia: “O general fixava cada um de nós através daquela lente de vidro [...] e mandava apontar nomes e actos, dizendo que era sua intenção distribuir prebendas a quem tinha feito o golpe de Estado”¹⁴⁸. Esta proposta recebe a recusa veemente dos jovens oficiais que reiteram a pureza dos seus propósitos, tal como agora, quarenta anos depois.

Lídia Jorge assume que a escrita do seu romance obedece a uma dupla intenção, por um lado, celebrar os quarenta anos da queda da ditadura e, por outro, reavivar a memória

¹⁴⁶ *Ibidem*, p. 100.

¹⁴⁷ *Ibidem*, p. 337.

¹⁴⁸ *Ibidem*, p. 219

que estava a ser esquecida, por forma a contrariar a letargia e a abulia do momento presente. É necessário contar que algo extraordinário aconteceu, um momento luminoso, para saber que é possível repeti-lo, e talvez então seja possível inverter o ciclo de desencanto com que um dos protagonistas da revolução, Salamida, sintetiza amargamente as mudanças de três décadas:

[...] em trinta anos, como é natural, a revolução, numa primeira fase, deu lugar à devolução. Depois da devolução, como é natural também, passou-se ao período da normal evolução, e daí à denegação foram apenas uns anos¹⁴⁹.

Como já observámos, também em *Novembro* é possível identificar o cunho pessoal do autor e algum paralelismo autobiográfico em determinadas situações. Ao situar o seu romance num período histórico que contempla o final do Estado Novo e os primeiros anos do período revolucionário, o autor coloca-se do lado daqueles que, pelo menos por um determinado período de tempo, foram os perdedores desse processo histórico. Aliás, é o próprio autor que explica quanto do seu próprio percurso se pode reconhecer na obra:

Há uma parte histórica que é geracional. É mais do que eu, é a minha geração política e intelectual. Todo aquele grupo dos miúdos do *bunker* é uma repetição de grupos que existiam em Coimbra, Lisboa e Porto. É o outro lado da medalha, com que muitas pessoas ficaram surpreendidas porque não sabiam que existia, e passaram por eles milhares de pessoas entre os anos 60 e 74. Aquilo que chamávamos “nacionalismo revolucionário” e que outros, ou os próprios, chamavam “fascismo” ou “neofascismo”¹⁵⁰.

Na obra literária de Manuel Longares é recorrente o compromisso com o resgate da memória histórica do seu país e o empenho em recorrer aos ensinamentos do passado com uma finalidade exemplar: “Hay cosas que no debemos olvidar, que deberían ser debidamente enseñadas en las escuelas. El ejercicio de la memoria es necesario, es una labor de higiene”¹⁵¹. Pela perspetiva assumida em *Romanticismo*, facilmente se percebe a sua recu-

¹⁴⁹ *Ibidem*, p. 183.

¹⁵⁰ Rita Tavares (2012) Entrevista a Jaime Nogueira Pinto, *i*, 5/12/2012, <http://www.ionline.pt/artigos/portugal/jaime-nogueira-pinto-salazar-ditadura-explicava-tudo-estava-fazer/pag/-1,consultadoem 10/03/2015>

¹⁵¹ Emma Rodríguez (2013) Entrevista a Manuel Longares, <http://lecturassumergidas.com/2013/11/23/manuel-longares-madrid-es-la-ciudad-que-aguanta-todo-la-percha-de-los-golpes4/>, consultado em 22/03/2015.

sa do ideário franquista, mas, tal como em *Leyes de la frontera*, neste romance transparece também um certo desencanto com o percurso da democracia espanhola, que nunca terá chegado a libertar-se verdadeiramente da herança franquista.

CONCLUSÃO

Aproximando-nos do final do nosso trabalho, é chegada a altura de tecer algumas considerações sobre o percurso aqui realizado, sobretudo no que diz respeito às opções seguidas, tanto na escolha do tema, como na análise das obras literárias aqui apresentadas. Nelas os autores traduzem uma clara consciência dos problemas sociais e políticos do seu tempo, bem como a também a intenção de, com as suas ficções, convocar eventos e questões que se mantêm atuais.

Como já referimos, estas obras remetem para um período fundamental da história recente de Portugal e Espanha, que marcou definitivamente as últimas décadas: as transições para a democracia e o fim dos regimes autoritários que a precederam. Trata-se de um período histórico de profundas transformações políticas e sociais, significativamente controverso consoante o posicionamento político-ideológico e social dos atores. Sendo passível de várias leituras, escolhemos autores que têm uma experiência direta dos acontecimentos relatados, garantindo assim a dimensão testemunhal das suas ficções e ainda posicionamentos político-ideológicos (em sentido amplo) e sociais distintos relativamente aos processos históricos representados. Numa análise que privilegiou aspetos sociopolíticos e históricos dos textos, avaliámos as relações entre os discursos literário e historiográfico e as distintas formas de se interrelacionarem: com diferentes discursos e formas de aproximação do real, ambos representam e problematizam o passado e o presente, encontrando-se inevitavelmente numa dimensão comum: a escrita.

Por se tratar de um trabalho no âmbito da literatura comparada, assinalamos a oportunidade da análise conjunta de obras de autores portugueses e espanhóis, num diálogo entre as literaturas e as culturas dos dois países, permitindo ainda o alargamento do campo literário às várias áreas das ciências sociais e humanas. Assim, considerámos necessário contextualizar os processos históricos de colapso das ditaduras e transição para a democracia nos dois países, por forma a perceber de que maneira a literatura os apropriou, procurando igualmente entender melhor as distintas perspetivas dos autores. Na nossa análise, procurámos compreender de que forma as quatro obras representam as especificidades dos dois processos históricos, acentuando a diferença mais fundamental: enquanto em Espanha a mudança de regime se processou de forma gradual e foi conduzida pelas elites políticas reformistas do interior do regime franquista, em Portugal ela ocorreu com o derrube da ditadura do Estado Novo pelos militares revolucionários, desembocando depois num pro-

cesso de grande mobilização popular. Foram pois contextos de significativa polarização – celebração, para alguns, forte apreensão, para outros – que se percebem em *Os Memoráveis* e em *Novembro*, enquanto *Romanticismo* acompanha a expectativa de uma determinada classe social – a alta burguesia – perante a ameaça ao seu modo de vida pela iminência da morte de Franco. Os intervenientes na Revolução Portuguesa evocam os dias de exaltação, o mar de manifestantes que se espalhavam pelas ruas do País e o papel fundamental dos militares em todo o processo. Em *Novembro* tomamos conhecimento do bom acolhimento que os fugitivos da revolução recebem na capital espanhola e as manifestações oficiais de pesar pela morte de Franco que, como se refere em *Romanticismo*, morreu enquanto o povo dormia. Não vemos aqui o povo a vir para a rua celebrar a morte do ditador, uma vez que o poder do regime se mantinha intacto e tanto a oposição como a elite do franquista temem pela sequência dos acontecimentos. Aliás, como se pode perceber em *Las leyes de la frontera*, três anos após a morte de Franco mantinham-se ainda algumas formas de atuação herdadas da ditadura, como a impunidade das práticas policiais. Enquanto as narrativas portuguesas nos dão conta de vários ajustes de contas com o passado ditatorial e as instituições repressivas, numa espécie de catarse social, em *Romanticismo* assistimos ao sobressalto inicial da elite franquista e ao entusiasmo da oposição, lenta e gradualmente substituídos por um retomar de posições na hierarquia anteriormente vigente. Todavia, também em *Novembro* são perspetivados o sobressalto e a apreensão dos estratos mais elevados das classes possidentes e dos apoiantes político-ideológicos do regime com o colapso da ditadura e a transição para a democracia, demonstrando que também em Portugal a mudança de regime foi significativamente controversa de acordo com o ponto de vista e a ancoragem social e política das personagens.

A circunstância de as obras terem sido escritas e publicadas muito recentemente permite a avaliação dos processos históricos com um distanciamento que confronta a memória presente do acontecimento com o seu passado, com o efeito transfigurador que tal acarreta: nas quatro obras constata-se o poder mitificador da memória do passado tranquilo e suspenso da alta sociedade franquista; da adolescência e da juventude do lado de lá da fronteira da legalidade; dos meses de exaltação e festa revolucionária e, até, para os saudosistas do *ancien regime* (*Novembro*), da grandeza do Império prestes a desmoronar-se. Em *Os Memoráveis*, o processo de convocação do passado assume uma tessitura mais complexa, já que todo o processo narrativo assenta na articulação de vários testemunhos, por seu lado, filtrados pela subjetividade de uma personagem que traz até nós as memórias das

restantes. Um processo semelhante ocorre em *Las leyes de la frontera*, com a conjugação de várias visões pessoais de acontecimentos ocorridos algumas décadas antes e que, no momento presente, se revelam frequentemente contraditórias com as originais. Na obra *Romanticismo*, apercebemo-nos de quão profundamente as vivências presentes das personagens são condicionadas pelas memórias mais remotas da Guerra Civil, transmitidas de geração em geração.

À luz das circunstâncias presentes e após cerca de quatro décadas de experiência democrática, as personagens que vivenciaram os acontecimentos históricos avaliam a repercussão dos mesmos nas suas vidas e na evolução do país. Em *Os Memoráveis* a par da percepção de um momento jubiloso, percebemos a profunda melancolia e até um sentimento de orfandade com o trajeto posterior da democracia portuguesa e com um certo alegado declínio dos ideais da Revolução dos Cravos. Após a euforia inicial e as enormes expectativas de uma efetiva e profunda mudança social, cada figura é gradualmente relegada para lugares de segundo plano ou vítima de uma estratégia deliberada de desmoralização por burocratas que sabem sobreviver em qualquer circunstância. Embora de forma menos evidente que em *Romanticismo*, a antiga elite recupera os seus postos e os ideais vão-se esfumando gradualmente. *Las leyes de la frontera* traduz também as expectativas goradas de quem nasceu e permaneceu do lado errado da sociedade e da história mas que, em determinada altura, acreditou poder ultrapassar os ditames do destino. É-nos também fornecido um retrato de décadas de prosperidade económica e de dinheiro fácil posto ao serviço de interesses políticos e de conflitos entre o poder central e os governos autónomos, de atividade especulativas e de construção desenfreada.

Umberto Eco recorda a importância que o conhecimento do passado tem para a vivência do presente e a construção do futuro: “É impossível saltar para a frente se não se der alguns passos para trás. Um dos problemas da atual civilização — da civilização da internet — é a perda do passado”¹⁵². É nesse sentido que entendemos a relevância sociopolítica e literária do trabalho que aqui realizámos e que justificamos com mais uma afirmação de Lídia Jorge: “O que é memorável não é o que ficou enterrado no passado; memorável é o que do passado se recolhe e se pode projetar no futuro”¹⁵³. Como já assinalámos também, é manifesto nas quatro obras que, mais do que narrar vivências passadas, se pretende essen-

¹⁵² Luciana Leider Farb (2015) “Entrevista a Umberto Eco”, *Expresso-Revista*, 18/4/2015, pp. 18-33.

¹⁵³ Lina Santos (2014) Artigo de LUSA/DN, www.dn.pt/inicio/artes/interior.aspx?content_id=3759955&page=-1, consultado em 23/04/2015.

cialmente conduzir a uma reflexão sobre os percursos das sociedades portuguesa e espanhola nas últimas décadas e, também, sobre as alternativas que se colocam para o futuro. A circunstância de ambos os países atravessarem atualmente graves crises que afetam todos os níveis da convivência social e política torna essa reflexão porventura ainda mais premente. É perceptível a visão pessimista que atravessa todas as narrativas quanto ao que foi feito pelas democracias nos dois países. Das quatro obras estudadas, é de assinalar que apenas *Os Memoráveis* termina com uma mensagem de deliberado otimismo sobre o que resta de Abril, num guião sem mácula, que, ao mesmo tempo, se pode prolongar através dos jovens que interpelaram e darão continuidade às memórias dos que levaram a cabo a Revolução.

A análise destas quatro obras literárias revela que a memória histórica do colapso das ditaduras e da transição para a democracia, tal qual ela é veiculada pela ficção, é heterogênea e controversa consoante a ancoragem valorativa dos escritores, tal como, aliás, acontece com os atores sociais e políticos. Dito isto, as análises anteriores revelaram também que tais correlações não são lineares, pois qualquer uma das quatro obras revela significativas matizes internas na forma de perspetivar o passado. Ou seja, mesmo os relativamente mais saudosistas do *ancien regime* e/ou os mais críticos da mudança política operada evidenciam sentido crítico face ao regime anterior, e mesmo os mais entusiastas da mudança de regime são capazes de evidenciar dimensões mais críticas do modo como se operou a mudança política e dos seus resultados.

Transcorridas que estão mais de quatro décadas dessa época histórica, parece-nos oportuno terminar com mais uma referência, carregada de intertextualidades poéticas e memórias históricas e políticas, nomeadamente com a obra de Sophia de Mello Breyner Andresen, retirado de um recente artigo de Valdemar Cruz sobre as eleições constituintes de 25 de Abril de 1975:

O dia dos espantos

Passados 40 anos, fica a memória daquela primeira vez, transformada numa jornada de festa, banhada de emoções únicas e irrepetíveis. Aquele foi o dia de todos os espantos. Os portugueses reencontraram-se com a sua própria História. Votaram em massa. O dia anoiteceu exausto e inebriado. Também ele tinha, afinal, amanhecido inteiro e limpo, ao consagrar a certeza de que, apesar de infindáveis incidentes, em demo-

cracia, há lugar para todos. E todos têm direito à esperança. Mesmo quando cada um fabrica a sua própria esperança¹⁵⁴.

¹⁵⁴ Valdemar Cruz (2015) “O dia dos espantos”, *Expresso-Revista*, 18/4/2015, pp. 40-44.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Textos analisados

Cercas, Javier (2012) *Las Leyes de la Frontera*, Mondatori, Barcelona.

Jorge, Lúcia (2014) *Os Memoráveis*, Dom Quixote, Lisboa.

Longares, Manuel (2001) *Romanticism*, Santillana, Madrid.

Pinto, Jaime Nogueira (2012) *Novembro*, A Esfera dos Livros, Lisboa.

2. Outros textos

Aristóteles (1986) *Poética*, (tradução e notas de Eudoro de Sousa), Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.

Abreu, Maria Fernanda (2007) “O outro lado do espelho ibérico’: de que lado o espelho? Das teorias às práticas comparatistas no estudo das relações literárias entre Portugal e Espanha”, Gabriel Magalhães (Edição), *Actas do Congresso RELIPES III*, Universidade da Beira Interior, Salamanca, Celya.

Buescu, Helena Carvalhão (2013) *Experiência do Incomum e da Boa Vizinhaça. Literatura Comparada e Literatura-Mundo*, Porto Editora, Porto.

_____ (2001) *Grande Angular. Comparatismo e Práticas de Comparação*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

Carmona, Álvaro Soto (2009) *La transición a la democracia en el sur de Europa. La historia como instrumento para su comparación*, in ESTUDIOS INTERNACIONALES, Instituto de Estudios Internacionales – Universidade de Chile

Castells, Manuel (2003) *O Poder da Identidade*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

Cela, Camilo José (2001), *La Colmena*, Ed. Castalia. Madrid.

- Cervelló, Josep Sánchez (2007) “La interrelación entre Portugal y España durante la consolidación democrática”, in RES-PUBLICA, *Revista Lusófona de Ciência Política e Relações Internacionais* 2007, 5/6.
- Correia, Natália (2003) *Somos todos Hispanos*, Editorial Notícias, Lisboa.
- Cruz, Valdemar (2015) “O dia dos espantos”, *Expresso-Revista*, 18 abril 2015
- Flor, Fernando R. de la, “Iberismo hoy: posiberismo”, www.cei.pt, consultado em 22/04/2015.
- Direitinho, José Riço (2014) “Sem ambiguidade não há literatura”, *Ípsilon. Público*. 4/07/2014.
- Farb, Luciana Leider (2015) Entrevista a Umberto Eco, *Expresso-Revista*, 18 abril 2015, pp. 18-33.
- Fernández, Paloma Aguilar (2004) “Justiça, política e memória: os legados do franquismo na transição espanhola”, in: Alexandra B. Brito; Carmén González-Enríquez; Paloma Aguilar Fernández (coord.). *Política da memória: verdade e justiça na transição para a democracia*, Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa.
- _____ (2008) *Políticas de la memoria y Memorias de la Política. El caso español en perspectiva comparada*, Alianza Editorial, Madrid.
- Geli, Carles (2012), Javier Cercas: “La guerra de mi generación fue la heroína”, http://cultura.elpais.com/cultura/2012/09/25/actualidad/1348597510_736323.html, consultado em 04/01/2015.
- Guillén, Cláudio, (2013 [1985]) *Entre lo uno y lo diverso. Introducción a la literatura comparada (ayer y hoy)* Turquets, Barcelona
- Halwachs, Maurice ([1950] 1997) *La mémoire collective*, Albin Michel, Paris
- Hermet, Guy et al (2014), *Dicionário de Ciência Política e das Instituições Políticas*, Escolar Editora, Lisboa
- Huntington, Samuel (1993) *The Third Wave : Democratization in the Late 20th Century*, Univ. of Oklahoma Press
- Hutcheon, Linda (1985), *A Theory of Parody*, University of Illinois Press, Chicago.

- Jarque, Fietta (2001) “Entrevista a Manuel Longares, http://elpais.com/diario/2001/01/19/cultura/979858804_850215.html, consultado em 30/03/2015.
- Jorge, Lúcia (2009) “Para um destinatário ignorado”, in *Para um leitor ignorado, Ensaios sobre a ficção de Lúcia Jorge*, org. Paula Paula Ferreira, Texto, Lisboa.
- Juliá, Santos (2002) “Echar al olvido”, *El País*, http://elpais.com/diario/2002/06/15/espana/1024092029_850215.html, consultado em 25/01/2015.
- _____ (2006) cit. in Carlos S. Ardavín (2006), *La transición a la democracia en la novela española: los usos y poderes de la memoria en cuatro novelistas contemporáneos*, Edwin Mellen.
- Lampedusa, Giovanni Tomasi di ([1958] 2000), *O Leopardo*, Abril/Controljornal, Lisboa.
- Loff, Manuel (2015) in Manuel Loff, Filipe Piedade, Luciana Castro Soutelo (coord) *Ditaduras e Revolução - Democracia e políticas da memória* (Introdução), Almedina, Lisboa.
- López, Almudena (2012) “Año nuevo en libertad, http://politica.elpais.com.politica/2012/08/24/actualidad/1345821048_136766.html, consultado em 30/03/2015.
- Machado, Álvaro Manuel, Daniel-Henry Pageaux, (2001) *Da literatura comparada à teoria da literatura*, Presença.
- Magalhães, Gabriel (2010) "Memoria de la amnesia ibérica" in FERNANDES, Ângela *et al.* (eds.). *Diálogos Ibéricos e Iberoamericanos: Actas del VI Congreso Internacional de ALEPH*. Centro de Estudos Comparatistas & Editorial Academia del Hispanismo, Lisboa,
- _____ (2013) **Europe: “The Letter of Numbers. From the Alpha of Peninsular Comparative Literature to the Omega of European Comparative Literature”**, in Santiago Pérez Isasi, Ângela Fernandes (eds), *Looking at Iberia, A Comparative European Perspective*, Peter Lang, Berna.
- Mannheim, Karl Mannheim([1952] 1972), *Essay*, edited by Ernst Mannheim and Paul Kecskemeti. (Routledge, Londres.
- Molina, César António (1988) Entrevista a Miguel Torga, *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, 26 de Janeiro de 1988.

- _____ (1990) *Sobre el iberismo y otros escritos de literatura portuguesa*, Akal, Madrid..
- Morodo, Raul (1983) “Iberismo e iberoamericanismo”, *El país*, 16 de julho 1983, http://elpais.com/diario/1983/07/16/opinion/427154414_850215.html, consultado em 22/04/2015.
- Pimentel, Irene (2007) “A memória pública da ditadura e da repressão”, in *Le Monde Diplomatique*, fevereiro de 2007.
- Pinto, António Costa (2004) “Ajustando as contas com o passado na transição para a democracia em Portugal”. In: Alexandra Barahona de Brito; Carmén González-Enríquez; Paloma Aguilar Fernández (coord.). *Política da memória: verdade e justiça na transição para a democracia*, Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa
- Nora, Pierre (1984) “Entre Mémoire et Histoire, la Problématique des lieux” In: *Les Lieux de Mémoire*, vol. 1, *La République*, Pierre Nora (ed), Gallimard, Paris.
- _____ (2002) “L'avènement mondial de la mémoire”, *Eurozine*, <http://www.eurozine.com/articles/2002-04-19-nora-fr.html>
- Reis, Carlos (1994) “Romance e História depois da revolução. José Saramago e a ficção portuguesa contemporânea”, Anais do XIV Encontro de Professores Universitários Brasileiros de Literatura Portuguesa. Porto Alegre: CECLIP/CPGL-EDIPUCRS.
- .
- _____ (1998) “Trajectos e sentidos da ficção portuguesa contemporânea”. Revista *Camões*, nº.1, 1998. http://cvc.instituto-camoes.pt/conhecerbiblioteca-digital-camoescat_view62-revistas-e-periodicos69-revista-camoes901-revista-no01-pontes-lusofonas.htmlstart=10, consultado em 12/03/2015.
- Ricoeur, Paul (2000), *La Mémoire, L'Histoire, L'oubli*, Seuil, Paris.
- Rodríguez, Emma (2013) “Entrevista a Manuel Longares”, <http://lecturassumergidas.com/2013/11/23/manuel-longares-madrid-es-la-ciudad-que-aguanta-todo-la-percha-de-los-golpes4/>.

- Schuman, Howard e Jacqueline Scott (1989), “Generations and collective memories”, in *American Sociological Review*, American Sociological Association, Vol. 54, nº 3 (junho 1989).
- Silva, João Céu e (2007) Entrevista a José Saramago, *DN*,
www.dn.pt/inicio/interior.aspx?content_.
- Sobral, José Manuel (1995) “Memória e Identidades Sociais”, in *Análise Social*, vol. XXX, Univ. Lisboa.
- Tavares, Rita (2012) Entrevista a Jaime Nogueira Pinto, *i*, 5/12/2012,
<http://www.ionline.pt/artigos/portugal/jaime-nogueira-pinto-salazar-ditadura-explicava-tudo-estava-fazer/pag/-1>, consultado em 10/03/2015.
- Torga, Miguel (1999) *Diário XV*, D. Quixote, Lisboa.
- Traverso, Enzo (2012) *O Passado, modos de Usar*, Unipop, Lisboa.
- Vecchi, Roberto, “ **Thinking from Europe about an Iberian 'South': Portugal as a Case Study**”, in Santiago Pérez Isasi, Ângela Fernandes (eds), *Looking at Iberia, A Comparative European Perspective*, Peter Lang, Berna.
- Veyne, Paul (2008), *Como se escreve História*, Edições 70, Lisboa.